

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

RICARDO MAURICIO BÜHRER

**O BRASIL E A OMC NO CONTEXTO ATUAL: OS CONTENCIOSOS NO
ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E A RODADA DOHA**

CURITIBA

2009

RICARDO MAURICIO BÜHRER

**O BRASIL E A OMC NO CONTEXTO ATUAL: OS CONTENCIOSOS NO
ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E A RODADA DOHA**

Monografia apresentada pelo aluno
Ricardo Mauricio Bühler como requisito
parcial à conclusão do curso de Direito,
Setor Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Tatyana
Scheila Friedrich

CURITIBA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO


RICARDO MAURICIO BUHRER

O BRASIL E A OMC NO CONTEXTO ATUAL: OS CONTENCIOSOS NO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E A RODADA DOHA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Orientador



LUIZ MARLO DE BARROS SILVA
Primeiro Membro



ROSICLER SANTOS
Segundo Membro

*A todos aqueles que dedicam suas vidas a vencer batalhas
sem ferir seus inimigos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pela Sua Divina Presença em mim

A Dolores pelo dom da vida

A Aglacir pela eterna sabedoria

A Silvana pelo meu ecletismo musical

A Paulo pela luz angelical

A Roberto por todas as risadas mais sinceras

A Larissa por nunca dizer não

A Lorena por me ensinar a rir das coisas simples

A Juliana por sempre me lembrar que o que eu quero eu quero já

A Zilda pelos conceitos básicos sobre... quase tudo

A Heloisa por desenvolver a personalidade que eu plagio

A Mário por dizer sim, mesmo na hora de dizer não

A Natel, Pupo e Martinelli pelos trocadilhos da vida

A Marzia por me ensinar que elegância não tem relação com dinheiro

A Neyde por me fazer entender que em uma nota passa uma vida

A Ryoko por me fazer sentir especial

A Karen, Liza, Marieli, Tati, Luisa, Mila, Raquel, Sabrina, Edna, e quase todos os nome femininos do curso de direito da UFPR pelo auxilio acadêmico prestado

A Callas pela fúria lírica

A Chopin pelos concertos para piano

A Santo Antonio por mostrar o caminho

A Maria por seu manto que me protege

A vida pela nova chance

RESUMO

Esse estudo focou a mais recente experiência do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). Após breve histórico das relações comerciais internacionais desde o advento do GATT até a criação da OMC estuda-se o Sistema de Solução de Controvérsias, em suas várias etapas. Os casos em que o Brasil foi demandado e demandante no órgão de solução de controvérsias são extremamente relevantes para o desenvolvimento do País e por isso são estudados um a um. Faz-se considerações sobre temas relevantes sobre a participação do Brasil na Rodada Doha com recomendações da doutrina sobre o posicionamento que o País deve defender nas negociações multilaterais de comércio.

PALAVRAS-CHAVE

OMC, GATT, Órgão de Solução de Controvérsias, Rodada Doha.

ABSTRACT

This study is focused on the most recent history of Brazil at the World Trade Organization (WTO). After a brief history of international trade relations since the advent of the GATT to the establishment of the WTO, the system of dispute settlement is studied in its various stages. The cases in which Brazil was the complainant and the respondent at the dispute settlement body are extremely relevant to the development of the nation, and therefore they are studied one by one. Considerations are made on issues of relevance to Brazil's participation in the Doha Round with recommendations of the doctrine about the position the country should defend in the multilateral trade negotiations.

KEY WORDS

WTO, GATT, Dispute Settlement Body, Doha Development Agenda.

Siglas:

AAD: Acordo Antidumping.

ABTC: Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas.

ASMC: Acordo sobre Subsídios e Medidas de Compensação.

BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

CE: Comunidade Européia.

ESC: Entendimento Relativo às normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, ou DSU, em inglês.

EUA: Estados Unidos da América.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

G-20: Grupo de países em desenvolvimento com interesse especial no comércio agrícola.

GATS: Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

GATT: "General Agreement on Tariffs and Trade" ou Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio.

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul.

MGA: Medidas Agregadas de Apoio.

MRE: Ministério das Relações Internacionais, ou Itamaraty.

OA: Órgão de apelação.

OIs: Organizações Internacionais.

OMC: Organização Mundial do Comércio, ou WTO, em inglês.

ONGs: Organizações não-governamentais.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OSC: Órgão de Solução de Controvérsias, ou Dispute Settlement Body (DSB), em inglês.

PIB: Produto Interno Bruto.

TRIMs: Acordo Sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio.

TRIPs: Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio.

UE: União Européia.

Índice

1. Introdução	9
2. Desenvolvimento	11
Capítulo 1. A Organização Mundial do Comércio.	11
1.1 Do GATT à OMC – Breve enunciado	11
1.2 Órgão de Solução de Controvérsias	16
1.3 Mecanismos de Soluções de Controvérsias da OMC	18
Capítulo 2. Controvérsias.....	23
2.1. O Brasil no OSC	23
2.2. Casos em que o Brasil atuou como demandante.....	23
2.3. Casos em que o Brasil atuou como demandado.....	48
2.4. Conclusão parcial.....	56
Capítulo 3. Rodada Doha	57
3.1 Percurso.....	60
3.2 O Brasil e o G-20	63
3.3 Questão relativa aos produtos agrícolas.....	64
3.4. Questão relativa aos produtos industrializados.....	67
3.5 Questão relativa às salvaguardas.....	68
3.6 Perspectivas para a Rodada Doha. O papel do Brasil	69
3. Conclusão.....	75
4. Bibliografia citada.....	78
4.1 Bibliografia pesquisada.....	78

1. Introdução

Este estudo concentra-se na participação atual do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). A OMC é um palco de negociações onde os países discutem questões relativas ao comércio mundial. A essência nessas discussões é a busca da solução de problemas através da diplomacia. No entanto, a grande mudança trazida pelo advento da criação da OMC foi o nascimento de uma via jurídica pela qual clamar no momento em que a conversa e a diplomacia perdem sua eficácia. A criação do Órgão de Solução de Controvérsias trouxe credibilidade à instituição por oferecer previsibilidade jurídica no momento de imposição dos regramentos acordados. Os acordos na OMC estão em constante produção, e novos temas estão frequentemente surgindo nas pautas de discussões das chamadas rodadas de negociações. Essas rodadas são formadas de diversos encontros onde assuntos são discutidos conforme uma agenda prévia. Esse estudo preocupa-se na observação da última rodada ainda em andamento, conhecida como Agenda de Desenvolvimento de Doha, acerca das questões relevantes para o Brasil.

A escolha desse tema deu-se devido à importância do comércio mundial para o desenvolvimento da economia brasileira e do papel vital que a OMC tem exercido na busca de pacificar embates políticos suscitados por questões comerciais entre países. O Brasil tem se posicionado com postura consciente na busca da defesa de seus interesses, e isso revestiu o Brasil de grande credibilidade, solidificando sua posição como grande porta-voz da defesa dos interesses dos países em desenvolvimento.

O primeiro capítulo traz um breve histórico sobre o GATT e a criação da OMC. O procedimento do sistema de solução de controvérsias é trazido de forma sucinta para melhor compreensão geral do funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Destarte, o leitor poderá se situar nas discussões que seguem nos próximos capítulos, e que usam, sobremaneira, referências às fases procedimentais do Órgão de Solução de Controvérsias.

O segundo capítulo aborda a participação brasileira no OSC, trazendo os dados mais relevantes dos 38 casos em que o Brasil atuou (24 como demandante e 14 como demandado). Os mais importantes e com maior repercussão são os casos envolvendo questões da aviação civil (EMBRAER x BOMBARDIER) e os casos acerca de questões agrícolas envolvendo os EUA e as Comunidades Européias.

O terceiro capítulo traz um histórico breve da Rodada Doha, um olhar sobre o G-20 e suas influências nas negociações. São também abordadas questões relevantes para a economia nacional que estão na agenda de negociações da Rodada Doha.

2. Desenvolvimento

Capítulo 1. A Organização Mundial do Comércio.

1.1 Do GATT à OMC – Breve enunciado

Os áridos tempos que seguiram a Segunda Guerra Mundial mostraram o quão necessário se tornara a existência de uma cooperação mundial acerca de uma política que pudesse assegurar a paz, e de uma estrutura econômica que pudesse oferecer estabilidade.

Foi em uma fazenda, em Bretton Woods nos EUA em 1944, que representantes das grandes potências ocidentais se reuniram para ditar uma tão necessária reestruturação do mundo. Em poucas semanas de intensas discussões afunilaram-se as idéias, chegando a um consenso a respeito da importância da criação de “*instituições multilaterais que promovessem a cooperação e a estabilidade nas relações econômicas internacionais*”¹. Foram plantadas então, as sementes para a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial), e da Organização Internacional do Comércio (OIC). Essa última tinha a intenção de criar uma organização multilateral que visava à regulação das relações comerciais internacionais de maneira uniforme, promovendo o comércio, e assim, promovendo também o desenvolvimento mundial.

Seguiram-se negociações na busca de estabelecer os traços da OIC, chegando-se então à Carta de Havana em 1948. Essa Carta continha três partes delineadas:

- a primeira parte dispunha sobre a criação da OIC;
- a segunda discorria sobre as regras de redução de tarifas;
- a terceira parte expunha regramentos sobre o processo dessa redução de tarifas – a preocupação sobre tarifas sempre foi fato relevante à época, pois a crise econômica levava os mercados a se fecharem à importação de bens estrangeiros a fim de proteger a produção nacional.²

A Carta de Havana não obteve êxito pela negativa de participação do congresso norte-americano. Os EUA, à época, e pode-se dizer que em toda a história do comércio

¹ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte. Del Rey, 2007. p. 27.

² BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte. Del Rey, 2007. p. 29

mundial contemporâneo, insistiram em um discurso isolacionista.³ Na realidade, a OIC representava um possível inimigo à autonomia dos EUA na defesa de seus interesses. Logicamente, não havia que se pensar em uma organização multilateral internacional sem a participação da maior potência comercial da época. Como não poderia deixar de ser, a OIC nunca entrou em vigor.

Felizmente, houve aqueles que não abandonaram a decisão de chegar a algum tipo de organização multilateral. De forma que, mesmo em ânimo provisório, entraram em vigor as outras duas partes sobreviventes do acordo pensado inicialmente, e que formavam o GATT⁴ (*General Agreement on Tariffs and Trade*). Mesmo com uma estrutura deficiente, sem a idéia basilar que era a OIC, o GATT saiu do provisório e se vestiu de perpetuidade. E assim foi até quase meio século depois, com o advento da criação da OMC.

O GATT orbitava em acordos de reduções tarifárias, pretendendo diminuir a proteção desmedida de mercados nacionais que impossibilitava o desenvolvimento de economias em ascensão, postergando o desenvolvimento mundial como um todo. Mister se faz observar que o GATT possuía signatários e não membros. Dessa forma não poderia se falar em uma organização multilateral.⁵

O Brasil fez parte das 23 primeiras partes contratantes. Os signatários deviam ser regidos por dois princípios essenciais: a cláusula da nação favorecida e o princípio do tratamento nacional. Esses princípios ditavam que a vantagem que favorecesse um país deveria automaticamente favorecer aqueles países que fossem seu parceiro comercial, e que o

³ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007. p. 29

⁴ "De 1948 a 1994 o GATT foi o grande provedor de regras para o comércio internacional. Apesar de parecer uma instituição sã, o GATT foi criado com os contornos de um acordo com caráter provisório. A intenção original era criar uma instituição responsável pela cooperação econômica internacional, que se somaria às duas outras instituições previstas na reunião de Bretton Woods, a saber, o Banco Internacional e o Fundo Monetário Internacional. Mais de 50 países participaram nas negociações acerca da criação da Organização Internacional do Comércio. O esboço da OIC foi ambicioso. Estendia-se além das questões comerciais, incluindo disciplinamento na área do trabalho, práticas empresariais e serviços, entre outros. A intenção era criar a OIC em Havana, em 1947. Nesse ínterim, 15 países se reuniram em dezembro de 1945 para negociar a redução de tarifas. Com a recém finalização da guerra, procurava-se impulsionar a liberalização do comércio e corrigir as medidas protecionistas que estavam em vigor desde os anos 30. Até o momento da assinatura do acordo em 30 de outubro de 1947, o grupo já contava com 23 participantes. As concessões tarifárias iniciaram-se em 30 de junho de 1948 pelo Protocol of Provisional Application. Foi então que nasceu o General Agreement on Tariffs (GATT), com 23 partes contratantes.

A derrocada da criação da OIC se deu apenas um mês depois que o GATT foi firmado, e até o advento da OMC em 1995, foi o único instrumento multilateral que regeu o comércio internacional.

Por quase 50 anos, os princípios do GATT se mantiveram basicamente os mesmos, mas através das rodadas de negociações novos temas foram sendo introduzidos nas negociações.

O GATT foi um acordo provisório com um campo de atuação limitado, mas não se pode negar o êxito conquistado nos anos em que vigorou. A redução crescente das tarifas contribuiu para um crescimento mundial em torno de 8% ao ano entre os anos 50 e 60. No entanto, no decorrer dos anos, muitos países buscaram formas de proteger seu mercado interno em meio à recessão que rondava entre os anos 70 e 80. Assim, muitas barreiras internas foram criadas, junto com acordos bilaterais e o uso de subsídios para proteger a agricultura interna que acabaram por derrubar a credibilidade do GATT. Em uma nova tentativa de restabelecer e expandir um sistema multilateral de comércio, os esforços foram concentrados para a criação da OMC, na declaração de Marraqueche." Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact4_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.

⁵ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007. p.30

país contratante não poderia criar barreiras internas àqueles produtos objeto de tarifas negociadas. Como não poderia deixar de ser, havia exceções no caso de enquadração de ‘comércio injusto’ ou ‘barreiras legítimas’. Sempre pairou o questionamento sobre o que seria injusto e legítimo.⁶

Depois de um começo improvisado e sinuoso, o GATT começou a depender de rodadas de negociações. Inicialmente, essas rodadas eram essencialmente permeadas pelas discussões envolvendo a diminuição tarifária. Logo, novos membros tornaram-se signatários, e novas temáticas foram sendo suscitadas. Com o crescer da derrocada tarifária, uma nova realidade emergiu: as barreiras não tarifárias foram nascendo. Isso decorreu da introdução da idéia da liberalização comercial, que supostamente punha em risco alguns mercados internos, e para protegerem-se voltam a recorrer a proteções dos produtos nacionais.

A partir de 1960, novas regulamentações foram sendo anexadas ao GATT, gerando uma complexidade jurídica. Complexidade esta, que ainda mais agravada nos anos 70, levantou a discussão sobre a necessidade da criação de uma organização internacional de caráter permanente, que substituísse o GATT. Mas as primeiras tentativas se mostraram inócuas.

Na aurora dos anos 80, a necessidade de novas rodadas de negociações cresceu a fim de encontrar soluções a conflitos e de ampliar o disciplinamento do GATT. O cenário era de países em desenvolvimento demandando acesso aos mercados dos países desenvolvidos, enquanto os EUA exigiam o respeito a suas patentes que estavam sendo violadas em todo o globo. A Europa e o Japão gritavam contra a atitude unilateral dos EUA. Em suma, o ambiente para o comércio internacional estava caótico, com países ameaçando abandonar o GATT.

Foi em 1986 no Uruguai, quatro décadas depois da criação do GATT, que a grande rodada de negociações deu início. Nessas reuniões foram elaboradas agendas de negociações a serem observadas nos anos seguintes, assim como os temas a serem negociados dentro de um prazo de três anos. Depois de oito anos de negociações, finalmente chegou-se à proposta de modificar profundamente o sistema multilateral de comércio com a criação da OMC.

Na visão de Welber Barral

isso só foi possível em razão das mudanças políticas radicais ocorridas no final dos anos 1980... [Houve] naquele período, entre os principais líderes mundiais, um consenso ideológico quanto às vantagens do liberalismo econômico. Esse consenso derivou, em larga medida, do fim do socialismo real. A suposta vitória do

⁶ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007. p.31

capitalismo tornava desejável a criação de uma organização que pudesse promover o livre comércio.⁷

A OMC foi criada em 1994 com a proposta de criar regras para as relações comerciais em âmbito multilateral através da participação da maioria dos países do globo.^{8 9} Foi em Marraqueche que 123 líderes de países tornaram-se signatários da maior organização internacional voltada ao comércio internacional. O nascimento desta trouxe uma condensação disciplinar, cujas regras propiciaram uma mudança estrutural no comércio internacional. Ao se tornar membro, o signatário obrigava-se a observar o regramento da OMC como um todo.¹⁰

Diferentemente das discussões típicas das rodadas do GATT que eram essencialmente acerca de reduções tarifárias, as negociações na OMC observaram o

⁷ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007. p.34

⁸ O site oficial da OMC oferece uma explicação sucinta sobre como funciona o seu sistema de regras. Segundo o site, há várias maneiras de contemplar a OMC:

- é uma organização para a liberalização do comércio;
- é um fórum onde os Governos podem negociar acordos comerciais;
- é um espaço onde os Governos podem resolver seus impasses relativos ao comércio internacional;
- é regido por um sistema de regras sobre o comércio.

Em essência, é um espaço para solucionar questões comerciais envolvendo interesses conflitantes entre Governos. O primeiro passo é conversar. A OMC nasceu através de negociações, e tudo o que a OMC faz é resultado de negociações. As negociações propiciaram significantes derrocadas de barreiras comerciais. No entanto, a OMC não atua exclusivamente no sentido da liberalização do comércio. Há casos em que a OMC apóia a manutenção de certas barreiras comerciais, como no caso de tentar proteger consumidores contra a disseminação de doenças.

No cerne da OMC estão os acordos, que foram negociados e firmados pela maioria dos países do globo que praticam o comércio internacional. Tais documentos estabelecem as regras básicas para o comércio internacional. São essencialmente contratos que vinculam os Governos, levando-os a manterem suas políticas comerciais dentro dos limites acordados.

Apesar de serem os governos os signatários, o objetivo é auxiliar produtores de bens e serviços, exportadores, e importadores a conduzirem seus negócios, e ao mesmo tempo permitir que os Governos realizem projetos sociais e ambientais.

O propósito central desse sistema é ajudar o comércio a fluir o mais livre possível, o que significa em grande parte, remover obstáculos. Também é importante contribuição desse sistema o fato dos indivíduos, governos e companhias poderem saber quais são as regras que envolvem as questões econômicas no contexto global; isso injeta confiança contra mudanças repentinas das regras e políticas. Em outras palavras, as regras devem ser transparentes e previsíveis. Disponível em: < http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.

⁹ O site do Ministério das Relações Exteriores também oferece algumas explicações cabíveis acerca da OMC, o histórico oferecido sobre essa instituição discorre nesse sentido:

“ A OMC é o foro multilateral responsável pela regulamentação do comércio internacional. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias que os Membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço para a negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os Membros.

Os diversos órgãos da OMC se reúnem regularmente para monitorar a implementação dos acordos em vigor, bem como a execução da política comercial dos países membros, negociar a acessão de novos membros e acompanhar as atividades relacionadas com o processo de solução de controvérsia. Essas atividades envolvem toda a estrutura da organização, que compreende o Conselho Geral, Conselho para o Comércio de Bens, Conselho para o Comércio de Serviços, o Conselho para Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, o Órgão de Solução de Controvérsias, o Órgão de Exame de Políticas Comerciais e os comitês de Comércio e Desenvolvimento, de Restrições por Motivo de Balanço de Pagamentos e de Assuntos Orçamentários. Há ainda os diferentes comitês responsáveis por cada um dos acordos temáticos ou setoriais em vigor na área de bens, como o Comitê de Agricultura, Barreiras Técnicas ao Comércio, Regras de Origem, Subsídios e Medidas Compensatórias, Salvaguardas, entre outros.” Disponível em: < http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2040&Itemid=59>. Acesso em 21 de outubro de 2009

¹⁰ As exceções que já expiraram concerniam à compra de carne bovina e laticínios. Ainda vigem as exceções nas matérias de compras de aeronaves civis, compras governamentais e acordos sobre telecomunicações.

surgimento de novos temas sendo suscitados. As grandes potências comerciais estavam preocupadas na proteção das propriedades intelectuais, como no caso dos EUA, e na discussão acerca de uma regulamentação internacional sobre o comércio de serviços, como no caso da Europa. Já os países em desenvolvimento buscavam meios de obter uma abertura de mercados onde poderiam ter maior competitividade.

Deve-se frisar dois importantes avanços obtidos pela Rodada Uruguai com a produção de duas regras, ambas com produção apurada e clareza normativa, e ambas relativas aos assuntos demandados pelas grandes potências comerciais: a propriedade intelectual que recebeu seu regramento no TRIPS¹¹, e o setor de serviços que foi regulamentado no GATS¹². O Acordo sobre Agricultura que beneficiaria os países em desenvolvimento recebeu a promessa de maior discussão em rodadas futuras, ainda, na maioria, não concretizadas. O que ocorreu, e ainda ocorre, é que o protecionismo persiste principalmente nos espaços onde os países em desenvolvimento poderiam observar uma maior vantagem.

Os conflitos não tardaram. No decorrer dos anos, a real vantagem dos acordos assinados começou a ser questionada pelos países em desenvolvimento. Ademais, os países ditos em desenvolvimento não formam necessariamente um bloco coeso o que dificulta a busca de interesses comuns. Nas Conferências Ministeriais que se seguiram a tônica que deveria ser a discussão sobre a liberalização do comércio internacional deu espaço aos conflitos de interesses. Embates acerca de cláusulas trabalhistas, crescimento de barreiras não tarifárias e protestos violentos contra a globalização deram o tom dessas reuniões.¹³

¹¹ *The WTO's Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)*, negotiated in the 1986-94 Uruguay Round, introduced intellectual property rules into the multilateral trading system for the first time. The agreement covers five broad issues: how basic principles of the trading system and other international intellectual property agreements should be applied; how to give adequate protection to intellectual property rights; how countries should enforce those rights adequately in their own territories; how to settle disputes on intellectual property between members of the WTO; special transitional arrangements during the period when the new system is being introduced. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/agrm7_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.

¹² *The General Agreement on Trade in Services (GATS)* is the first and only set of multilateral rules governing international trade in services. Negotiated in the Uruguay Round, it was developed in response to the huge growth of the services economy over the past 30 years and the greater potential for trading services brought about by the communications revolution.

The General Agreement on Trade in Services has three elements: the main text containing general obligations and disciplines; annexes dealing with rules for specific sectors; and individual countries' specific commitments to provide access to their markets, including indications of where countries are temporarily not applying the "most-favoured-nation" principle of non-discrimination. The agreement covers all internationally-traded services — for example, banking, telecommunications, tourism, professional services, etc. It also defines four ways (or "modes") of trading services: services supplied from one country to another (e.g. international telephone calls), officially known as "**cross-border supply**" (in WTO jargon, "mode 1"); consumers or firms making use of a service in another country (e.g. tourism), officially "**consumption abroad**" ("mode 2"); a foreign company setting up subsidiaries or branches to provide services in another country (e.g. foreign banks setting up operations in a country), officially "**commercial presence**" ("mode 3"); individuals travelling from their own country to supply services in another (e.g. fashion models or consultants), officially "**presence of natural persons**" ("mode 4"). Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/agrm6_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.

¹³ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007. p.37

Em 2001, depois dos atentados de 11 de setembro, os EUA decidiram dar o recado ao mundo que novas rodadas de negociações eram necessárias e urgentes. Em novembro do mesmo ano, em Doha, foram listados os novos temas a ser objeto de deliberação nos novos encontros. Nesses temas estava a questão agrícola, tão clamada pelos países em desenvolvimento. No entanto, ainda em 2002, os EUA não davam sinal de abrir mão do típico unilateralismo e protecionismo nas questões de política externa. Não muito diferente foi a posição da União Européia na inflexibilidade a respeito dos seus subsídios agrícolas. Em Cancun, 2003, nada muito promissor era esperado, considerando a citada falta de flexibilidade dos EUA e UE e da situação de crise em que se encontrava o Japão. Em suma, poucos avanços foram obtidos. O aspecto positivo da Conferência de Cancun foi a articulação política iniciada entre três países em desenvolvimento¹⁴, Brasil, China e Índia. Naturalmente recaiu sobre esses países a esperança de obterem relevantes conquistas para os países em desenvolvimento no cenário do comércio internacional. Foi em 2004 que essa coalizão mostrou sua força ao pleitear e alcançar acordos para que negociações multilaterais dessem continuidade. No ano seguinte, em 2005 em Hong Kong, o Brasil e Índia mostraram seu poder, e ao pressionar a UE, obtiveram finalmente a promessa de um prazo-limite para as questões agrícolas, previsto para 2013.

Apesar das conquistas, os avanços não podem ser comparados aos que são previstos para a Rodada Doha.¹⁵

1.2 Órgão de Solução de Controvérsias

Como exposto anteriormente, foi sob a vigência do GATT que o comércio internacional começou a observar ampla regulamentação. No entanto, deve-se lembrar que o GATT foi criado com o intuito de estabelecer um espaço de negociações, que seriam, em sua maioria, concernentes à redução de barreiras tarifárias. O sistema de solução de controvérsias do GATT foi inovador e traz os primeiros dispositivos sobre o assunto, base para evolução posterior na OMC, mas apresentava grandes defeitos. Os países com maior poder de barganha recebiam maior chance de impor sua vontade no momento da negociação (*power-oriented*).¹⁶

¹⁴ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007. p.39

¹⁵ A Rodada de Doha será abordada em capítulo posterior deste trabalho.

¹⁶ JACKSON, John Howard. **The world trading system: law and policy of international economic relations**. 2nd ed. London: MIT Press, 1997. p. 110

A necessidade fática e o descontentamento dos países mais pobres e com menos poder de negociação suscitaram a reestruturação total dos meios para negociações de conflitos. A resposta prática alcançada foi que ao longo dos anos grupos de trabalho foram sendo formados para receberem reclamações e apresentarem relatórios com recomendações práticas para os problemas. O primeiro passo para se chegar a uma solução jurídica dos conflitos se deu em 1952 quando o procedimento que visava a resolução de conflitos recebeu uma regulamentação, possibilitando o proferimento de soluções com cunho jurídico, e não somente diplomático. Em 1973 em Tóquio, chegou-se a um entendimento sobre a solução de controvérsias. Apesar de receber um certo aspecto jurídico, ainda era possível o posicionamento unilateral de um Estado Membro no sentido de bloquear instalações de painéis, e assim, impossibilitar uma real solução para os conflitos. Somam-se a esse, tantos outros pontos problemáticos desse entendimento para solução de controvérsias, como, por exemplo, a linguagem vaga e a pouca transparência sobre os procedimentos.

Como não poderia ser diferente, uma reforma do Sistema de Solução de Controvérsias tornou-se uma demanda constante entre muito dos países contratantes. No entanto, vozes havia no sentido de que a via diplomática ainda mostrava-se o meio mais eficaz para as soluções. A defesa dos que preferiam a diplomacia como meio principal das soluções acabou sucumbindo às possibilidades efetivas oferecidas por um sistema legalista, que traria mais garantias e segurança pela possibilidade da previsibilidade jurídica das decisões. Uma contribuição decisiva para a modificação do paradigma negociador da OMC foi a atuação dos países em desenvolvimento, a maioria parte do G-20¹⁷ que hoje conhecemos, que sempre demandaram mais transparência nas deliberações e uma maior participação nas tomadas de decisões.¹⁸

Foi em meio a esse universo de demandas e descontentamento com o método de solução de problemas que no Uruguai surgiu o Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias (DSU), que ofereceu uma base jurídica para esse sistema. A recém criada OMC recebeu então, um acordo que vinculava todos os membros signatários obrigatoriamente. O aspecto legalista (*rule-oriented*) consolidou-se nas soluções de controvérsias, mas lacunas foram deixadas para que o meio diplomático nos embates ainda fosse utilizado, pois a solução negociada sempre foi preferível ao litígio.¹⁹ O

¹⁷ As considerações sobre o G-20 estarão disponíveis mais adiante nesse trabalho.

¹⁸ **G-20.** O G-20 e a OMC - Textos, Comunicados e Documentos. Disponível em < http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/Coletanea_G-20.doc >. Acesso em 18 de Agosto de 2009.

¹⁹ JACKSON, John Howard. **The world trading system: law and policy of international economic relations.** 2nd ed. London: MIT Press. 1997. p.19.

conjunto normativo do Órgão de Solução de Controvérsia ficou composto, então, pelo GATT, GATS, TRIPS e pelos acordos complementares. O DSU está no momento sob processo de revisão.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE)

[à] diferença de outros temas da Rodada Doha, a Revisão do DSU não faz parte do “single undertaking”, ou seja, sua aprovação pelos Membros da OMC não depende da conclusão das negociações nas demais áreas (agricultura, serviços, tarifas industriais, regras, entre outros). A fim de “esclarecer e aperfeiçoar” o DSU, o OSC tem-se reunido em Sessões Especiais. As discussões deram margem à apresentação de volumoso conjunto de propostas, que vão de ajustes pontuais ao texto do Entendimento até transformações radicais do Mecanismo. Entre os principais temas em debate, estão os seguintes:

- composição dos painéis; transparência;
- tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento;
- ampliação dos direitos das terceiras partes; aperfeiçoamento dos mecanismos para implementação das decisões;
- e sequência entre painel para verificação do cumprimento das decisões e retaliação.²⁰

A respeito da participação brasileira no processo revisional do OSC, o MRE esclarece que há princípios a serem seguidos nesse processo, a saber:

- (a) reforma deve ser limitada, uma vez que o sistema funciona a contento; (b) manutenção do caráter intergovernamental do sistema; (c) não-incremento dos custos e da complexidade do mecanismo; (d) agilidade do processo em todas as etapas (consultas, painéis, apelação, implementação); (e) preservação do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento; (f) aprimorar os mecanismos para cumprimento das decisões do mecanismo, privilegiando-se medidas que fomentem o comércio.²¹

1.3 Mecanismos de Soluções de Controvérsias da OMC

O sistema de soluções de controvérsias diferenciou-se do trâmite comum ao GATT, pois nesse o modo de soluções dos contenciosos exigia o consenso dos signatários, permitindo assim, o possível bloqueio da aprovação pela parte derrotada. Na OMC, os relatórios dos painéis²² somente serão reprovados no caso do consenso negativo, onde todos os Membros, o que inclui o vencedor da disputa, optam pela não adoção do relatório.²³ Como bem explica o MRE:

²⁰ Disponível em < http://www.delbrasgva.org/mission_pt/index.php?numero=40>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

²¹ Disponível em < http://www.delbrasgva.org/mission_pt/index.php?numero=40>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

²² Na falta de resultado eficaz nas consultas realizadas quando no advento de um impasse entre Membros, um grupo de peritos é chamado para analisar o conflito. A esse grupo dá-se o nome de Painel.

²³ Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/cgc/mecanismo%20solu%C3%A7%C3%A3o.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de práticas compatíveis com os acordos negociados. **Não há o propósito de punir membros pela adoção de práticas consideradas inconsistentes com as regras da OMC.** O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda. Caso um relatório de painel aprovado pelo OSC conclua pela inconformidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.²⁴ (grifo nosso)

As etapas para a solução de controvérsias seguem uma ordem:

a) Consultas: (período de até 60 dias). Antes da tomada de qualquer ação, os países em disputa devem estabelecer um diálogo a fim de resolver seus impasses. Caso isso se demonstre infrutífero, os Membros podem clamar a intervenção do Diretor geral da OMC para mediar suas discussões. No caso das consultas não obterem sucesso, o rito segue para a próxima etapa.

b) Painel²⁵: (45 dias para um Painel ser nomeado e mais seis meses para a sua conclusão). Pela definição do OMC em seu site oficial, um Painel

consiste em três especialistas de países diferentes que examinam as evidências e decidem quem está certo ou quem está errado. O relatório do Painel é entregue ao OSC, que poderá rejeitá-lo somente por consenso. Os integrantes dos Painéis para cada caso podem ser escolhidos de uma lista permanente de candidatos altamente qualificados...[eles devem atuar imparcialmente e não por orientação de qualquer Governo].²⁶

Antes da primeira audiência, cada parte da disputa apresenta seu caso por escrito aos painelistas. Já na primeira audiência, as partes defendem suas posições, assim como aqueles países que anunciaram interesse na disputa (como terceiros interessados²⁷). Na segunda audiência os países envolvidos podem apresentar suas réplicas por escrito e também suas

²⁴ Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/cgc/mecanismo%20solu%C3%A7%C3%A3o.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

²⁵ “Panels are like tribunals. But unlike in a normal tribunal, the panellists are usually chosen in consultation with the countries in dispute. Only when the two sides cannot agree does the WTO director-general appoint them” .OMC. **Understanding the WTO: settling disputes.** Disponível em <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/displ_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.

²⁶ Disponível em <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/displ_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.

²⁷ “O reclamante e o reclamado são as partes de uma disputa, mas outros membros podem participar dos Painéis como terceiros interessados, mesmo que não tenham participado das consultas. É imprescindível que esses membros tenham um interesse substancial no assunto em questão, que esse interesse seja anterior ao estabelecimento do painel, e ele que seja notificado à OMC. Aos membros são dados 10 dias após o estabelecimento dos painéis para reservarem seus direitos como terceiros interessados. É possível manifestar a intenção de participar da disputa oralmente durante a reunião que estabelecer o Painel. Os terceiros interessados podem apresentar seus pareceres oralmente durante a primeira reunião. Seus direitos não vão além disso, mas o Painel podem entender por estender os direitos de participação de um terceiro interessado em casos específicos.” Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_settlement_cbt_e/c6s3p1_e.htm#third>. Acesso em 11 de Outubro de 2009.

argumentações orais. Caso alguma das partes traga questões de cunho técnico ou científico, o Painel pode consultar especialistas, ou pedir que um relatório seja preparado por um grupo de técnicos ou especialistas nomeados para esse fim. Ato contínuo a essa fase, o painel deve elaborar um relatório provisório, ao qual as partes podem oferecer comentários no período de duas semanas. Após o recebimento de possíveis comentários, o Painel oferece outro relatório (*interim report*), no qual estará incluso as conclusões dos painelistas. É dado, então, uma semana para eventuais pedidos de revisão. O período de revisão não deve exceder duas semanas, e durante esse tempo o Painel pode se reunir com as partes para discussões.

c) Relatório Final: um relatório final é enviado às partes, e depois de três semanas dar-se-á a ampla divulgação a todos os Membros da OMC. Se houver afronta a qualquer medida prevista nos acordos da OMC, far-se-ão recomendações no sentido que se busque a conformidade aos regulamentos. Cabe ao Painel ofertar sugestões de como isso poderá ser feito.

d) Adoção do Relatório Final: a decisão do relatório entra em vigor em 60 dias, a não ser que haja rejeição dele por consenso. Ambos os lados poderão apelar da decisão do relatório.

e) Apelação: cabe a ambas as partes apelarem da decisão do Painel, e em muitos casos, ambas as partes apelam. A apelação deve ser de caráter legal ou de interpretação de regulamentos. Não é possível levantar novas questões. O Órgão de Apelação (OA) é composto por sete integrantes (nomeados para mandato de quatro anos, renovável), três dos quais atuarão em cada caso. Os integrantes do OA devem ser indivíduos com reconhecimento no campo jurídico e do comércio internacional, sem vínculos governamentais.²⁸ O OSC deve rejeitar ou aceitar a apelação dentro de 30 dias. A rejeição da apelação só é possível por consenso.

f) Implementação das recomendações: *“em reunião do OSC, dentro de 30 dias após a data de adoção do relatório do Painel ou do Órgão de Apelação, o membro interessado deverá informar ao OSC suas intenções com relação à implementação das decisões e recomendações daquele Órgão. Não sendo possível a implementação imediata, o membro interessado deverá dispor de prazo razoável.”*²⁹

²⁸ Disponível em <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/displ_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.

²⁹ Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/cgc/mecanismo%20solu%C3%A7%C3%A3o.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2009

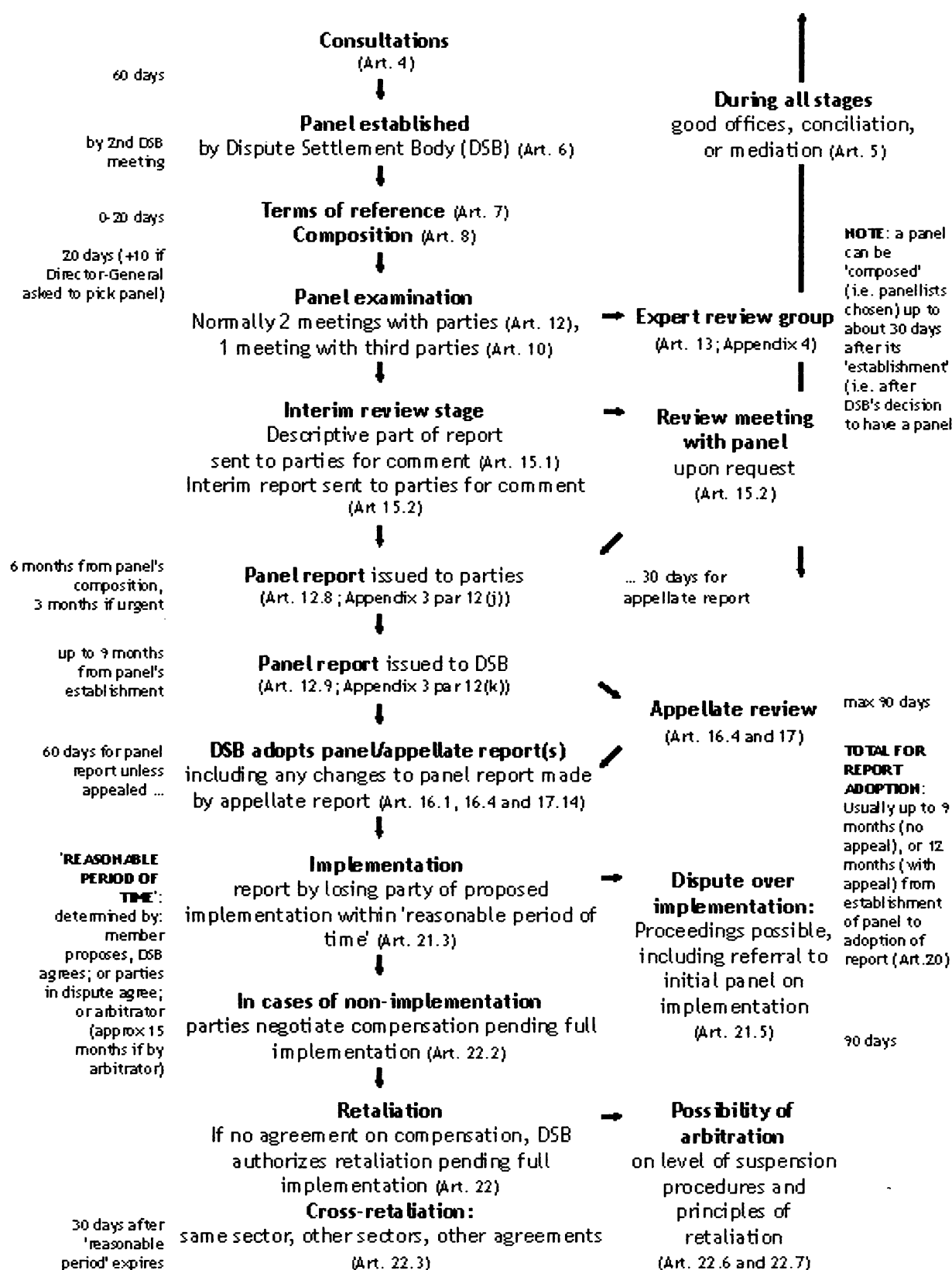
g) Compensações: A OSC oferece à parte vencida um prazo razoável para que as recomendações e decisões sejam implementadas. Se isso não ocorrer, a parte afetada deve negociar compensações.

h) Retaliação: Se depois de 20 dias não se chegar a um acordo, a parte prejudicada pode recorrer ao OSC em busca de imposições de sanções comerciais contra o lado ofensor. O OSC deve conceder essas sanções dentro de 30 dias depois da expiração do tempo considerado razoável oferecido à parte vencida, a menos que haja um consenso contra esse pedido. Essa retaliação deve ser imposta no mesmo setor da disputa sempre que possível. É o comitê de arbitragem que definirá o valor e o modo em que sanção será imposta, e somente com a autorização desse comitê é que as sanções podem ser implementadas.³⁰

O tempo aproximado para solucionar uma disputa é flexível, e as partes podem decidir finalizar uma disputa a qualquer momento. Segue a tabela do site oficial da OMC ilustrando os possíveis estágios em uma disputa³¹:

³⁰ Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/cgc/mecanismo%20solu%C3%A7%C3%A3o.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2009

³¹ Tabela disponível em <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/disp2_e.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2009.



Capítulo 2. Controvérsias

2.1. O Brasil no OSC

A primeira participação do Brasil no sistema de soluções de controvérsias da OMC foi em 1995, e desde então tem buscado esse meio de defesa sem hesitar na busca da defesa de seus direitos como Membro da OMC. A trajetória brasileira no OSC tem gerado grande credibilidade. Muitas foram as vitórias do Brasil, e em grande número contra países desenvolvidos, como os EUA e as Comunidade Européias. Em sequência, estão todos os casos em que o Brasil foi demandante e em que foi demandado. Dentre eles estarão os casos paradigmáticos, como o envolvendo a Embraer e a Bombardier, o caso contra os EUA a respeito do algodão, e contra a CE sobre os subsídios na produção do açúcar. Esse último foi uma das grandes vitórias do país no OSC e implicou na cessão dos subsídios, conquista significativa para todos os países em desenvolvimento.

2.2. Casos em que o Brasil atuou como demandante

2.2.1. DS4. Estados Unidos da América - Gasolina. (*Standards for Reformulated and Conventional Gasoline*) 1995³²

A questão central que suscitou essa demanda foi a não observância pelos Estados Unidos do **Princípio do Tratamento Nacional**³³, basilar no ordenamento da OMC. O que ocorrera é que os padrões da gasolina americana no território interno observavam tratamento diferente do que estava sendo oferecido à gasolina importada. Assim, Brasil e Venezuela questionaram o *Clean Air Act* adotado pelos Estados Unidos em 1990, o qual alegava preocupação com a qualidade do ar e com a redução dos níveis de poluição oriundas do uso da gasolina. Os padrões exigidos da gasolina importada eram diversos daqueles estabelecidos para a gasolina nacional. Dessa forma, no entender do Brasil e Venezuela, os Estados Unidos violaram o princípio que exige que o produto nacional não tenha qualquer forma de

³² Disponível em <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds4_e.htm>. Acesso em 14 de Junho de 2009.

³³ Como visto na página 4 desse trabalho, o Princípio do Tratamento Nacional dispõe que o país contratante não pode criar barreiras internas àqueles produtos objeto de tarifas negociadas.

privilégio, entendendo que tal posicionamento se tratava de uma barreira interna à gasolina importada.

A Venezuela solicitou consulta no dia 24 de janeiro de 1995 e o Brasil no dia 10 de abril de 1995. Ambos acusavam os Estados Unidos de violar os artigos I e III do GATT e o art. II do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (ABTC)³⁴. Os Estados Unidos, por sua vez alegava agir em conformidade com a cláusula de exceção prevista no artigo XX letras 'b', 'd' e 'g'³⁵ do GATT.

Foi instalado um Painel único para considerar as reclamações da Venezuela e do Brasil. A Austrália, o Canadá, a União Européia e a Noruega optaram por participar dos procedimentos como terceiros interessados.

No dia 29 de janeiro de 1996 o relatório final foi posto em circulação. Entendeu-se que não havia justificativa, nem mesmo com base no artigo XX do GATT, para as discriminações estabelecidas entre a gasolina nacional e a importada.

Os Estados Unidos iniciaram a apelação da decisão no dia 21 de fevereiro de 1996. Representantes de Venezuela, Brasil, União Européia e Noruega enviaram seus argumentos no dia 18 de março de 1996. Em 22 de abril de 1996 o Órgão de Apelação pôs seu relatório em circulação, no qual modificou a interpretação do artigo XX do GATT, mas conclui que tal artigo continua não sendo aplicável para esse caso. O relatório do Órgão de Apelação foi adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias no dia 20 de Maio de 1996.

Esse caso é paradigmático para o OSC, pois foi o primeiro que alcançou todas as etapas do procedimento de solução de controvérsias. Ainda é um caso importante para o Brasil, como o primeiro caso em que foi parte diretamente envolvida.

O resultado foi o ganho de causa para o Brasil e para a Venezuela.

Apesar da vitória brasileira, os Estados Unidos só aplicaram a resolução em 1997, quando a questão já não era mais economicamente interessante para o Brasil.

³⁴ Agreement on Technical Barriers to Trade (TBT).

³⁵ "Article XX General Exceptions -Subject to the requirement that such measures are not applied in a manner which would constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination between countries where the same conditions prevail, or a disguised restriction on international trade, nothing in this Agreement shall be construed to prevent the adoption or enforcement by any contracting party of measures: (...) (b) necessary to protect human, animal or plant life or health; (...) (d) necessary to secure compliance with laws or regulations which are not inconsistent with the provisions of this Agreement, including those (...) (g) relating to the conservation of exhaustible natural resources if such measures are made effective in conjunction with restrictions on domestic production or consumption; (...)"

2.2.2. DS69. União Européia (CE) – Frango. (*Measures Affecting the Importation of Certain Poultry Products*) 1997^{36 37}

No dia 24 de fevereiro de 1997 o Brasil pediu consultas ao OSC a respeito do regime aplicado pela União Européia para a importação de certos tipos de produtos derivados de frango e sobre as quotas tarifárias aplicadas. O Brasil alegava que tais medidas eram contrárias aos artigos X e XXVII do GATT 1994 e aos artigos I e III do Acordo Relativo aos Procedimentos de Importação.

No dia 11 de agosto de 1997 o Painel foi composto tendo a Tailândia e os Estados Unidos como terceiros interessados. O Painel decidiu que o Brasil não havia demonstrado que a CE havia imposto medidas tarifárias contrárias aos acordos em questão.

O Brasil recorreu de tal decisão no dia 29 de Abril de 1998. O relatório final do Órgão de apelação foi aprovado pelo OSC no dia 23 de julho 1998. Neste relatório são mantidas boa parte das conclusões do Painel. A alegação feita pelo Painel que os atos da CE contrariavam o artigo 5.1 (b) do Acordo sobre a Agricultura não foi sustentada, pois no entendimento do OA os atos da CE contrariavam o artigo 5.5 do mesmo acordo. Um ajuste técnico que não modificou a estrutura da decisão anterior.

O resultado foi que na questão “distribuição de quotas”, a CE ganhou o caso. Já na queixa “preço referência”, o Brasil venceu e a CE teve que adequar os preços.

Na reunião do OSC de 21 de Outubro de 1998 Brasil e União Européia anunciaram ter chegado a um acordo e que teriam até o dia 31 de março de 1999 para implementá-lo.

2.2.3. DS70. Canadá - Aviões. (*Measures Affecting the Export of Civilian Aircraft*) 1997^{38 39}

Indagando a respeito de subsídios⁴⁰ dados pelo Governo e por algumas províncias Canadenses para a empresa Bombardier, exportadora de aeronaves civis, o Brasil pediu

³⁶ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds69_e.htm>. Acesso em 14 de Junho de 2009.

³⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos**. Disponível em < <http://www2.mre.gov.br/cgc/brasil%20hist%C3%B3rico.doc>>. Acesso em 20 de outubro de 2009

³⁸ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds70_e.htm>. Acesso em 14 de Junho de 2009

³⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos**. Disponível em < <http://www2.mre.gov.br/cgc/brasil%20hist%C3%B3rico.doc>>. Acesso em 20 de outubro de 2009

consultas no dia 10 de março de 1997. O Brasil alegou que o Canadá estava contrariando o artigo III do Acordo sobre Subsídios da OMC.

O Painel foi composto no dia 22 de outubro de 1998 tendo a União Européia e os Estados Unidos como terceiros interessados. Vários programas canadenses foram examinados e concluiu-se que havia medidas proibidas nos programas *Technology Partnerships Canada* e *Canada Account*. Essas medidas são proibidas pelos Artigos 3.1a e 3.2 do Acordo sobre Subsídios da OMC. Mesmo verificada a irregularidade, a demanda do Brasil de que tais programas consistiriam em subsídios de exportação foi rejeitada.

No dia 3 de maio de 1999 o Canadá proferiu sua intenção de apelar de certos aspectos interpretativos da decisão do Painel. O relatório do Órgão de Apelação manteve as decisões do Painel e o mesmo foi aprovado pelo OSC no dia 20 de Agosto de 1999.

Na reunião do OSC do dia 19 de Novembro de 1999 o Canadá anunciou que já teria feito as mudanças necessárias, respeitando o prazo dado pelo Órgão de Apelação (início de novembro). No dia 23 de novembro de 1999 o Brasil pediu o estabelecimento de um Painel com fulcro no artigo 21.5 por acreditar que o Canadá não tinha tomado as medidas suficientes, conforme as recomendações do OSC. Na reunião do dia 9 de dezembro de 1999 o OSC decidiu restabelecer o Painel anterior para analisar as questões levantadas acerca do artigo 21.5. A Austrália, a CE e os EUA ingressaram como terceiros interessados. A decisão desse Painel foi no sentido que o Canadá havia implementado as recomendações do OSC no tocante ao corte do auxílio oferecido à indústria regional de aeronaves civis pelo programa *Technology Partnerships Canada* dentro do prazo de 90 dias. No entanto, o Painel entendeu que houve falha na implementação das recomendações concernentes ao programa *Canada Account* dentro do prazo estipulado. As conclusões foram que as ações tomadas pelo Canadá não foram suficientes para garantir que os subsídios para a exportação de aeronaves civis da indústria regional canadense não continuassem em negociações futuras. Após um pedido de apelação pela parte brasileira, em 4 de agosto de 2000, as autoridades canadenses manifestaram a intenção de implementar as recomendações do OSC acerca do seu programa *Canada Account*.

O MRE considera esse como um ganho de causa para o Brasil.

⁴⁰ Subsídios “[s]ão benefícios econômicos que um governo concede aos produtores de bens, muitas vezes para fortalecer sua posição competitiva. O subsídio pode ser direto (subvenção em dinheiro) ou indireto (créditos à exportação com juros baixos, por exemplo).” Disponível em < <http://www2.mre.gov.br/faq/Faq-23c.htm>>. Acesso em 21 de outubro de 2009

2.2.4. DS71. Canadá - Aviões. (*Measures Affecting the Export of Civilian Aircraft*) 1997⁴¹

No dia 10 de Março de 1997 o Brasil fez consultas à OMC a respeito das mesmas medidas alegadas no caso DS70, mas em relação ao artigo 7 do Acordo sobre subsídios da OMC.

Resultado: não foi estabelecido painel e a questão foi toda resolvida no acordo a respeito da DS70.

2.2.5. DS112. Peru - Investigação de Direitos Compensatórios⁴² sobre Importações de Ônibus do Brasil. (*Countervailing Duty Investigation against Imports of Buses from Brazil*) 1997⁴³

O Brasil em 23 de dezembro de 1997 fez uma consulta sobre os procedimentos utilizados pelo Peru para a importação de ônibus do Brasil. As investigações concluíram no sentido de que não havia quantidade relevante de subsídios envolvida, e dessa forma não caberia nenhuma forma de compensação a ser imposta.

2.2.6. DS154 Comunidades Europeias – Medidas Relativas ao Tratamento Diferenciado e Favorável do Café⁴⁴ ⁴⁵ (*Measures Affecting Differential and Favourable Treatment of Coffee*) 1997 e

⁴¹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds71_e.htm>. Acesso em 14 de Junho de 2009

⁴² “As Medidas Compensatórias visam compensar uma das práticas mais onerosas e de distorção das trocas comerciais: os subsídios. No comércio internacional, entende-se por subsídio todo benefício econômico concedido por um governo, suas autarquias e/ou suas empresas a produtores e/ou exportadores com o objetivo único de oferecer vantagens para torná-los artificialmente mais competitivos. Esse benefício econômico, configurado como subsídio, pode ser concedido direta (por meio de desembolso monetário) ou indiretamente (juros reduzidos, créditos, financiamentos abaixo do custo etc.). Entretanto, nem todos os custos de um governo, concedido como benefício a um produtor e/ou exportador, podem ser considerados como um benefício ilegal. De acordo com a OMC – Organização Mundial do Comércio, os subsídios enquadram-se, de modo geral, em legais (permitidos), ilegais (proibidos) ou recorrentes. Os subsídios ilegais, principal foco da defesa comercial, são os benefícios econômicos ilícitos concedidos por um governo de um terceiro país exportador a qualquer player da etapa produtiva e/ou distributiva de um produto de seu país, que implicam em externalidades danosas à concorrência com produtos similares fabricados no mercado doméstico de destino dessas exportações. Para esses casos proibitivos, é possível a aplicação de uma Medida Compensatória, por meio de um Direto Compensatório, o qual tem por objetivo neutralizar e/ou compensar esses benefícios ilegais, os quais devem ser comprovadamente danosos aos fabricantes nacionais.” Disponível em < http://www.abimaq.org.br/comercio_exterior/A1_def_medcomp.asp>. Acesso em 21 de outubro de 2009

⁴³ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds112_e.htm>. Acesso em 14 de Junho de 2009

2.2.7. DS209. Comunidades Europeias – Medidas Relativas ao Café Solúvel⁴⁶ (*Measures Affecting Soluble Coffee*) 2000

Por motivo de prejuízos sofridos em vários anos na exportação de café, o Brasil solicitou uma consulta em 7 de dezembro de 1998, visando uma discussão a respeito do Sistema Geral de Preferências (SGP)⁴⁷, acordo de países andinos e centro-americanos no setor chamado de “regime drogas”⁴⁸. O café solúvel brasileiro entrava na CE com tarifa de 9,5%, enquanto os países do “regime drogas” gozavam de isenção de taxas para o mesmo produto.

Em 12 de outubro de 2000, o Brasil solicitou novas consultas (DS209), questionando o “regime drogas” e o mecanismo de graduação do SGP. O Brasil alegou que este tratamento especial é incompatível com a cláusula de habilitação, bem como com o artigo I do GATT, que estabelecem que os Membros da OMC devem dar preferências sem reciprocidade e discriminação para países em desenvolvimento por meio de seus mecanismos do SGP.

Nas duas ocasiões não houve acordo e o Brasil incluiu na pauta do Órgão de Solução de Controvérsias um pedido de estabelecimento de Painel. Com a apresentação de proposta concreta a ser negociada entre as partes, o Brasil retirou seu pedido no início de 2001.

Entre março e julho de 2001 realizaram-se negociações bilaterais que levaram a uma solução com a concessão de quota tarifária para o Brasil que propiciou a recuperação da fatia de mercado que o produto brasileiro possuía antes da vigência do “regime drogas”.

O resultado foi novamente favorável ao Brasil.

⁴⁴ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds154_e.htm>. Acesso em 14 de Junho de 2009

⁴⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos**. Disponível em < <http://www2.mre.gov.br/cgc/brasil%20hist%C3%B3rico.doc>>. Acesso em 20 de outubro de 2009

⁴⁶ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds208_e.htm>. Acesso em 14 de Junho de 2009

⁴⁷ “O SGP foi [...] idealizado para que mercadorias de países em desenvolvimento pudessem ter um acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos, em bases não recíprocas, superando-se, dessa forma, o problema da deterioração dos termos de troca e facilitando o avanço dos países beneficiados nas etapas no processo de desenvolvimento.” Disponível em < <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=407>>. Acesso em 21 de outubro de 2009

⁴⁸ Alguns países andinos se propuseram a combater a produção de drogas ilícitas em troca de benefícios tarifários (Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paquistão, Panamá, Peru e Venezuela), a esse acordo dá-se o nome de “regime drogas”.

2.2.8. DS190. Argentina - Salvaguardas Transitórias⁴⁹ contra Têxteis. *(Transitional Safeguard Measures on Certain Imports of Woven Fabric Products of Cotton and Cotton Mixtures Originating in Brazil)* 2000^{50 51}

No dia 11 de Fevereiro 2000 o Brasil pediu a formação de um painel para examinar salvaguardas transitórias aplicadas pela Argentina contra exportações brasileiras de tecidos e mesclas de algodão. Tais medidas começaram a ser aplicadas em julho de 1999 e foram consideradas desrespeitosas do artigo 2.4, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.7, 6.8, 6.11, 8.9 e 8.10 do Acordo de Têxteis e Vestuário pelo Órgão de Monitoramento de Têxteis da OMC que recomendou a sua retirada. Houve também decisão de Tribunal Arbitral (MERCOSUL), no mesmo sentido.

Um Painel seria estabelecido de acordo com a decisão do OSC do dia 20 de Março de 2000 em que o Paquistão, Paraguai e os Estados Unidos seriam terceira parte.

Como resultado a Argentina retirou as medidas em abril de 2000 e em junho de 2000 as partes comunicaram ter chegado a uma solução consensual e o Painel não chegou a ser composto.

2.2.9. DS208. Turquia – Direito *Antidumping*⁵² sobre Conexões de Aço e Ferro (*Antidumping Duty on Steel and Iron Pipe Fittings*) 2000⁵³

⁴⁹ “As medidas de salvaguarda são ações de emergência que restringem as importações de determinados produtos independente de sua origem, cujo aumento súbito causa ou ameaça causar sérios danos à indústria nacional. São medidas aplicadas por autoridades competentes, durante um determinado período, visando proteger a indústria nacional (indústria doméstica)... **Medidas de Salvaguarda Provisória:** são aplicadas em circunstâncias críticas, nos casos em que qualquer demora possa causar prejuízo grave de difícil reparação, devendo ser aplicadas em forma de elevação do imposto de importação. Sua aplicação terá duração máxima de duzentos dias, podendo ser suspensa por decisão interministerial antes do prazo final estabelecido.” Disponível em < <http://www.ciespdiaadema.com.br/imagens/eventos/ciesp/salvaguarda.pdf> >. Acesso em 24 de outubro de 2009

⁵⁰ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds190_e.htm >. Acesso em 14 de Junho de 2009

⁵¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos.** Disponível em < <http://www2.mre.gov.br/cgc/brasil%20hist%C3%B3rico.doc> >. Acesso em 20 de outubro de 2009

⁵² “O termo ‘dumping’ suscita, para o leigo, idéia de prática desleal ou concorrência estrangeira. É comum, inclusive no meio jurídico, o emprego inadequado do termo, confundindo-o com a ajuda estatal aos exportadores domésticos (subsídios), ou com a prática anticoncorrencial de discriminação de preços no mercado interno (preço predatório). A prática de dumping, no entanto, se refere ao fenômeno econômico de discriminação de preços entre o mercado exportador e o mercado importador, e não constitui uma infração per se, nem de normas nacionais, nem de regras internacionais. Em outras palavras, o exportador pratica dumping quando exporta seu produto a um preço menor (desconsiderando-se tributos e transportes) do que vende num mercado estrangeiro. Neste caso, as normas multilaterais permitem que o Estado importador aplique uma medida paratarifária consistente na imposição de uma sobretarifa à importação do produto que está sendo objeto de dumping.” **A Agenda de Doha e as atuais negociações sobre antidumping na OMC: repercussões para a América Latina.** Disponível em < http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Curso_BID-INTAL-OMC_2006_09_10_WELBERBARRAL1.pdf >. Acesso em 21 de outubro de 2009

Em 9 de Outubro de 2000 o Brasil apresentou consulta com a Turquia a respeito de direitos *antidumping* aplicados a produtos de ferro e aço da Fundição Tupy. O Brasil acusou a Turquia de não notificar apropriadamente as medidas turcas no caso. Além disso, O Brasil alegou que a avaliação dos fatos que acarretou na imposição das medidas *antidumping* não foram exercidas de forma imparcial e apropriada, principalmente em relação ao início, à conduta e à avaliação do nexo causal entre o *dumping* e o prejuízo alegado.

A acusação brasileira foi no sentido do desrespeito aos artigos VI do GATT 1994 e os artigos 2, 3, 5, 6, 12 e 15 do Acordo *Antidumping* (AAD).

Resultado: nenhum acordo foi notificado à OMC e o Brasil não solicitou o estabelecimento de painel e deixou o contencioso em suspenso.

2.2.10. DS216. México – Medida *Antidumping* Provisória sobre Transformadores Elétricos. (*Provisional Antidumping Measure on Electric Transformers*) 2000⁵⁴

No dia 20 de Dezembro de 2000 o Brasil requisitou consultas a respeito das investigações do México que tinham como finalidade determinar a imposição de medidas *antidumping* contra a importação de transformadores elétricos com mais de 10.000 KVA. Consideravam-se tais medidas contrárias ao Acordo *Antidumping*, em especial, aos artigos 5.2, 5.3, 5.8, 7.1 (i), 7.1 (ii) e ao Anexo II.

Em março de 2001, a Secretaria de Economia do México decidiu não impor direitos sobre as importações brasileiras e o contencioso foi suspenso.

2.2.11. DS217. Estados Unidos – Lei de compensação por *dumping* e subsídio continuado de 2000 “Emenda Byrd” (*Continued Dumping and Subsidy Offset Act of 2000*)⁵⁵

⁵³ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds208_e.htm>. Acesso em 23 de Junho de 2009

⁵⁴ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds216_e.htm>. Acesso em 23 de Junho de 2009

⁵⁵ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds217_e.htm>. Acesso em 23 de Junho de 2009

O Brasil integrou demanda comum com outros dez Países: Austrália, Canadá, Chile, CE, Coréia, Índia, Indonésia, Japão, México, Tailândia. Tendo ainda: Argentina, Canadá, Costa Rica, Hong Kong, China; Israel, México e Noruega como terceiros interessados.

As consultas foram apresentadas em 21 de Dezembro de 2000 a respeito da emenda ao *Tariff Act* de 1938 assinada em 28 de outubro de 2000 com o título “Lei de compensação por *dumping* e subsídio continuado”, também conhecido por “Emenda *Byrd*”. Esta prevê que recursos decorrentes da aplicação de direitos compensatórios e de *antidumping* sejam distribuídos às empresas que deram causa às investigações contra os concorrentes estrangeiros e não mais para a conta do Tesouro dos EUA, introduzindo assim reparações não previstas pela OMC e contrariando vários artigos:

- artigo 18.1 do Acordo *Antidumping* (AAD) em relação ao artigo VI:2 do GATT e o artigo 1 do ADA;

- artigo 32.1 do Acordo sobre Subsídios e Medidas de Compensação (ASMC) em conjunto com o artigo VI:3 do GATT e os artigos 4.10, 7.9 e 10 do ASMC;

- artigo X(3)(a) do GATT;

- artigo 5.4 do AAD e artigo 11.4 do ASMC;

- art. 8 do AAD e art. 18 do ASMC;

- art. 5 do ASMC;

- art. XVI:4 do Acordo de Marrakesh que estabelece a OMC. Art. 18.4 do AAD e art. 32.5 do ASMC.

Segundo o Itamaraty, o setor siderúrgico brasileiro foi o principal prejudicado por essa lei; estimadamente, cerca de US\$ 5 milhões distribuídos às empresas americanas em 2002 e 2003 vieram de impostos pagos pelas companhias brasileiras que exportam ao mercado americano.⁵⁶

O primeiro Painel foi requisitado em 12 de julho de 2001 e só foi composto no dia 25 de outubro, disposto a analisar as reclamações dos 11 demandantes. O Painel chegou a conclusões e divulgou o seu relatório em 16 de Setembro de 2002 declarando que tais medidas norte-americanas seriam contrárias a vários artigos do AAD, ASMC e da OMC, mas rejeitou parte das acusações acima resumidas. A recomendação dada aos EUA foi para alterar a emenda conforme as obrigações assumidas pelo país no GATT, AAD, ASMC e OMC.

⁵⁶ REVISTA FINANCE ONE. Sábado, 27 de Novembro de 2004. **Brasil é autorizado, com outros países, a impor sanções aos EUA** Disponível em <<http://www.financeone.com.br/noticia.php?prv=afl-flot&lang=br&nid=12055>>. Acessado em 26 de Junho de 2009.

Os EUA em 18 de outubro de 2002 recorreram à decisão do Painel. O Órgão de Apelação divulgou o seu relatório em 16 de janeiro de 2003 revisando algumas interpretações do Painel enquanto confirmava a maioria das decisões deste, inclusive a incompatibilidade da emenda com as obrigações assumidas no âmbito da OMC.

No dia 14 de Março de 2003 o Brasil e os demais demandantes pediram arbitragem do tempo razoável para implantação das recomendações. O período arbitrado esgotou-se em 27 de dezembro de 2003. Este prazo foi negociado e dilatado com a Tailândia, Austrália e Indonésia.

Em 15 de janeiro de 2004 o Brasil, Chile, CE, Índia, Japão, Coréia, Canadá e México solicitaram autorização para retaliação cujo montante foi arbitrado em 31 de agosto de 2004. Ao Brasil foi autorizado impor tarifas adicionais de importação sobre produtos norte-americanos em 72% do total de fundos distribuídos no ano anterior a empresas norte-americanas, oriundos de direitos *antidumping* e compensatórios sobre produtos brasileiros.

Em 2005 a CE, o México e o Japão deram início à retaliação e até hoje a praticam (com certos períodos de suspensão). O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior anunciou na época a preparação de uma lista de produtos americanos que seriam alvos da retaliação. Já o Itamaraty anunciou que não iria usar seu direito de impor sanções e apenas usaria a autorização para forçar Washington a cumprir seus deveres.

Em 21 de dezembro de 2005 o Senado dos EUA aprovaram o *Deficit Reduction Act* que incluiu a revogação da “Emenda Byrd” com efeitos a partir de setembro de 2007. Na OMC o Brasil, Austrália, Canadá, Chile, Indonésia, Hong Kong, China, Índia, Japão, México, Tailândia e a CE parabenizaram os EUA pela nova legislação, mas ressaltaram que esta ainda não está plenamente de acordo com as recomendações do OSC e as regras da OMC.

O MRE⁵⁷ considera este como um ganho de causa com implementação em andamento, sendo que nunca impôs retaliações, enquanto o Japão e a CE têm cada um uma listas de produtos com tarifas adicionais de importação em vigor.

2.2.12. DS218. Estados Unidos – Medidas Compensatórias sobre Certos Produtos Siderúrgicos. (*Countervailing Duties on Certain Carbon Steel Products from Brazil*) 2000⁵⁸

⁵⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Contenciosos Encerrados ou Suspensos*. Disponível em <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1874>. Acesso em 15 de junho de 2009.

Em 21 de Dezembro de 2000 o Brasil pediu consultas aos EUA a respeito da aplicação de direitos compensatórios sobre produtos siderúrgicos produzidos por companhias brasileiras que receberam subsídios antes do processo de privatização.

O Brasil sustentava que o entendimento norte-americano, que as três companhias siderúrgicas brasileiras em causa estavam recebendo subsídios, seria contrário aos Artigos 1.1(b), 10, 14, 19 e 21 do ASMC, já que tais supostos benefícios teriam sido recebidos antes da privatização.

Tais medidas compensatórias foram aplicadas com base na metodologia de “mudança de propriedade” do Departamento de Comércio Norte-Americano. Sendo que tal metodologia foi também utilizada e condenada pelo OSC no contencioso DS138: “Estados Unidos – Imposição de Medidas Compensatórias sobre Certos Produtos de Aço ao Carbono, Chumbo e Bismuto Laminados a Quente Originários do Reino Unido”⁵⁹, em que o Brasil atuou como terceiro interessado. No caso DS138 os Estados-Unidos foram orientados a não aplicar mais medidas compensatórias dessa forma, mas mesmo após tal recomendação a União Européia acusa os Estados Unidos de continuar a prática.

No caso brasileiro, há a conclusão de que a metodologia aplicada e condenada pela OMC é a mesma, mas o contencioso está suspenso, sem notícias da Organização de alcance de acordo ou de pedido de estabelecimento de painel.

2.2.13. DS219. Comunidades Européias – Direitos *Antidumping* sobre Tubos e Conexões de Ferro Fundido Maleável (*Antidumping Duties on Malleable Cast Iron Tube or Pipe Fittings from Brazil*) 2000⁶⁰

Em 21 de dezembro de 2000 o Brasil apresentou consultas à CE a respeito de medidas compensatórias impostas pelo regulamento 1784/2000 do Conselho contra tubos e conexões de ferro da Fundação Tupy. O Brasil acusou a CE de desrespeitar os art. VI do GATT 1994 e art. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12 e 15 do AAD.

⁵⁸ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds218_e.htm>. Acesso em 23 de Junho de 2009

⁵⁹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds138_e.htm>. Acesso em 23 de Junho de 2009

⁶⁰ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds219_e.htm>. Acesso em 23 de Junho de 2009

O Painel foi composto no dia 05 de Setembro de 2001, tendo o Chile, Japão, México e os EUA como terceiros interessados. O Painel foi suspenso de 15 de Janeiro de 2002 a 22 de Abril de 2002, quando as partes tentaram chegar a um acordo. No dia 03 de Março de 2003 o relatório do painel rejeitou grande parte das alegações brasileiras, mas declarou que a CE desrespeitou as obrigações assumidas em:

- artigo 2.4.2 do Acordo *Antidumping* por utilizar a metodologia *zeroing*⁶¹ que aumenta a margem de *dumping*, pois as exportações realizadas acima do preço no mercado interno não são consideradas;

- artigo 12.2 e 12.2.2 por falhas na argumentação final das Comunidades Europeias, em não demonstrar o dano à indústria local segundo o que demanda o artigo 3.4 do Acordo *Antidumping*.

O Brasil acionou o Órgão de Apelação em 23 de abril de 2003. Este emitiu relatório rejeitando seis de sete pontos levantados pelo país, mas reconheceu a inconsistência da medida *antidumping* europeia com os artigos 6.2 e 6.4 do AAD, por falha da autoridade investigadora em demonstrar à empresa brasileira aspectos fundamentais da investigação no contexto de dano à indústria comunitária.

Os relatórios do painel e do Órgão de Apelação foram adotados pelo OSC no dia 18 de agosto de 2003.

Em 17 de março de 2004, a CE notificou ao OSC o regulamento nº436/2004 mudando a margem de *dumping* para a empresa brasileira de 34,8% para 32%, em função da eliminação do *zeroing*. O Brasil ainda alegou na OMC falta de informações sobre o processo de aplicação de medidas compensatórias pelos danos às empresas comunitárias. A CE se justifica dizendo que já colocou à disposição do Brasil toda a documentação necessária.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE)⁶² considera um ganho parcial de causa, mas há que se analisar que a maior parte das alegações brasileiras foram rejeitadas e a margem de *dumping* baixou pouco, continuando alta.

⁶¹ 'An investigating authority usually calculates the dumping margin by getting the average of the differences between the export prices and the home market prices of the product in question. When it chooses to disregard or put a value of zero on instances when the export price is higher than the home market price, the practice is called "zeroing". Critics claim this practice artificially inflates dumping margins.' Disponível em http://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/zeroing_e.htm. Acesso em 23 de outubro de 2009

⁶² MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos**. Disponível em http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1874. Acesso em 15 de junho de 2009.

2.2.14. DS222. Canadá – Créditos à Exportação e Garantias de Empréstimos para Aeronaves Regionais. (*Export Credits and Loan Guarantees for Regional Aircraft*) 2001⁶³

O Brasil pediu consultas ao Canadá em 22 de Janeiro de 2001 sobre subsídios à indústria regional de aeronaves. O Canadá era acusado de fornecer créditos à exportação, através dos programas *EDC Canada Account* e *EDC Corporate Account*, no entendimento do item k do Anexo I do ASMC (Acordo sobre Subsídios e Medidas de Compensação) e dar garantias de empréstimo na acepção do item j do Anexo I do ASMC.

O Brasil considera este conjunto de medidas como subsídios na acepção do artigo 1º do ASMC, uma vez que são contribuições financeiras que conferem um benefício e constituem, portanto, uma violação do artigo 3º do ASMC.

O Painel foi constituído no dia 11 de maio de 2001 e teve como terceiros interessados a Austrália, a CE, Índia e os EUA. O relatório do Painel saiu em 28 de Janeiro de 2002. Este relatório rejeitou a maioria das reclamações brasileiras sobre programas canadenses, não os considerando violadores do artigo 3º do ASMC. Apoiou, entretanto, a queixa contra o financiamento da *EDC Canada Account* para a *Air Wisconsin*, *Air Nostrum* e para a *Comair*. Recomendou-se que o Canadá retirasse tais subsídios no prazo de 90 dias. Tal prazo não foi cumprido.

Em 23 de maio de 2002 o Brasil pediu ao OSC suspensão de concessões, de acordo com o art. 22.2 do ESC. Em junho do mesmo ano o Brasil pediu autorização para adotar “contramedidas apropriadas” contra o Canadá, no valor de US\$ 3,36 bilhões, montante estimado dos prejuízos totais da Embraer. Esse era o valor do prejuízo alegado do Brasil na venda de 199 aeronaves da Bombardier.

O Canadá questionou o montante, o qual foi arbitrado alcançando apenas US\$247,797 milhões. Os árbitros admitiram que os subsídios canadenses eram maiores que os brasileiros, mas consideraram a comercialização de somente 63 aeronaves. O valor para cada aeronave subsidiada foi estipulado em US\$3,277 milhões somada de 20% desse valor como penalidade pelo Canadá haver declarado que não iria retirar os subsídios. Na reunião de 18 de março de 2003 o OSC autorizou o Brasil a tomar as contramedidas no valor arbitrado.

⁶³ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds222_e.htm>. Acesso em 25 de Junho de 2009.

Segundo MRE⁶⁴, este é um caso de ganho parcial, porém a maioria dos benefícios acusados pelo Brasil não foram reconhecidos como subsídios e as contramedidas concedidas ficaram muito abaixo dos prejuízos que a Embraer alega ter tido. Ademais, para o cálculo, os árbitros consideraram o montante dos subsídios canadenses e não os prejuízos sofridos pela EMBRAER, como inicialmente no pleito do Brasil. Apesar de parecer um caso de grande perda com recuperação parcial dos prejuízos, são importantes as considerações de Umberto Celli Junior que observa esse caso por um prisma diferente. Explica ele que

[o] valor relativamente irrisório de US\$ 270 milhões é o que menos conta. O que teve importância mesmo foi o caráter simbólico da vitória. Foi possível demonstrar, pela primeira vez de modo efetivo, que países emergentes como o Brasil podem utilizar em seu benefício o OSC da OMC, ainda que isso contrarie interesses de países desenvolvidos.⁶⁵

No andamento da finalização desse trabalho, um novo caso envolvendo a brasileira EMBRAER e a canadense BOMBARDIER ameaçou a se estabelecer. Dessa vez a disputa envolve a União Européia, que estaria oferecendo subsídios além das cotas acordadas a uma filial da BOMBARDIER na Irlanda do Norte.^{66 67}

2.2.15. DS224. Estados Unidos – Lei de Patentes dos EUA (US Patents Code) 2001⁶⁸

O Brasil solicitou consultas em 31 de janeiro de 2001 sobre a compatibilidade de dispositivos da legislação norte-americana, em especial o capítulo 18 - “*Patent Rights in Inventions Made with Federal Assistance*”, com o Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPs), o Acordo Sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIPs) e com o próprio GATT. A acusação era no sentido da lei de patentes fazer severas exigências discriminatórias. As consultas se realizaram em abril de 2001.

⁶⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos**. Disponível em <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1874>. Acesso em 15 de junho de 2009.

⁶⁵ **Brasil (Embraer) x Canadá (Bombardier) na OMC**. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=21&id=223>>. Acesso em 23 de outubro de 2009.

⁶⁶ Disponível em <http://www.webtranspo.com.br/modais/aereo/11223-embraer-se-queixa-na-ue-de-subsidio-a-bombardier.html>>. Acesso em 23 de outubro de 2009.

⁶⁷ Disponível em <<http://www.aereo.jor.br/2009/09/10/subsidios-a-bombardier-leva-embraer-de-volta-a-justica/>>. Acesso em 23 de outubro de 2009.

⁶⁸ Disponível em <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds224_e.htm>. Acesso em 25 de Junho de 2009.

Através de negociações bilaterais com os EUA, o Brasil decidiu encerrar o contencioso. Concomitantemente, os EUA retiraram o Painel contra o Brasil em matéria de patentes no caso DS199.

2.2.16. DS239. Estados Unidos – Direitos *Antidumping* sobre Silício Metálico do Brasil (*Antidumping Duties on Silicon Metal from Brazil*) 2001⁶⁹

Em 17 de setembro de 2001 o Brasil pediu consultas com os EUA, mas logo em 1º de novembro retirou o pedido original. Em seguida, apresentou novo pedido a respeito de:

- direitos *antidumping* impostos pelos EUA sobre as importações de silício-metal do Brasil;
- estabelecimento de margem *de minimis*⁷⁰ de 0,5% para as investigações e revisões administrativas pelo Regulamento do Departamento de Comércio norte-americano, seção 351.106 (c);
- aplicação da metodologia de *zeroing* para determinar margens de *dumping*.

De acordo com o Brasil, os comportamentos acima eram incompatíveis com artigos 2.4.2, 5,8, 9,3, 11,1, 11,2 e 18,3 do AAD.

Em setembro de 2001, a Tailândia pediu para juntar as consultas, e a CE em novembro do mesmo ano.

Segundo o MRE⁷¹ tais procedimentos, alegadamente desrespeitosos dos acordos pelos EUA, contribuíram para a repetida imposição de direitos *antidumping* sobre as exportações da Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio.

Após as consultas, a empresa buscou solução por negociações diretas com parceiros e autoridades comerciais dos EUA e não foi pedido estabelecimento de Painel. Em dezembro de 2003 a empresa comunicou ter atingido seus objetivos.

⁶⁹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds239_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁷⁰ “*Percentual mínimo abaixo do qual o dumping é considerado insignificante*” MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos.** Disponível em <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1874>. Acesso em 23 de outubro de 2009.

⁷¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos.** Disponível em <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1874>. Acesso em 15 de junho de 2009.

2.2.17. DS241. Argentina – Direitos *Antidumping* Definitivos sobre Frangos Provenientes do Brasil (Definitive *Antidumping* Duties on Poultry from Brazil) 2001⁷²

No dia 7 de novembro de 2001 o Brasil apresentou ao OSC pedido de consulta a respeito de medidas variadas *antidumping* aplicadas pela Argentina às importações de frangos brasileiros. Antes disso, porém, o Brasil recorreu ao MERCOSUL, que constituiu um tribunal arbitral que deu ganho de causa à Argentina, considerando que não havia restrição à livre circulação de bens no espaço integrado. Na OMC, o Brasil acusou a Argentina de desrespeitar os art. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12 e o anexo II do AAD, art. VI do GATT 1994 e art. 1 e 7 do Acordo sobre Avaliação Aduaneira.

Sem consenso nas consultas o Painel foi composto em 27 de Junho de 2002 com o Canadá, Chile, CE, Guatemala, Paraguai, e EUA como terceiros interessados. O Painel foi suspenso e tentou-se resolver a questão através de negociações diplomáticas. Apesar de firmado acordo presidencial para revisão dos direitos impostos, a Argentina continuou em sua conduta.

O Brasil pediu prosseguimento dos trabalhos do Painel o qual chegou a conclusões em 22 de abril de 2003, dando ganho de causa ao Brasil e acusando a Argentina de agir contra as obrigações assumidas nos art. 2.4, 2.4.2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 5.1, 5.8, 6.1.1, 6.1.3, 6.8 e anexo II, 6.10 e 12.1 do AAD, além de vários outros artigos do mesmo acordo, não sendo necessário analisar os outros diversos pedidos por razões de economia processual.

Ganho de causa para o Brasil. Houve ainda alteração do cenário no MERCOSUL com a assinatura do Protocolo de Olivos⁷³, para evitar a duplicidade de foros e decisões conflitantes, como a desse caso⁷⁴.

2.2.18. DS250. Estados Unidos – Imposto de Equalização do Estado da Flórida sobre o Suco de Laranja. (*Equalizing Excise Tax Imposed by Florida on Processed Orange and Grapefruit Products*) 2002⁷⁵

⁷² Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds241_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁷³ Acordo assinado em 2002 na cidade de Olivos na Argentina pelos membros do MERCOSUL, entrando em vigor em 2004. O objetivo desse acordo foi proporcionar um espaço para a solução de controvérsias. Foi criado o TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO (TPR) para controle da legalidade das decisões tomadas. Os laudos proferidos pelo TPR adquirem força de coisa julgada.

⁷⁴ BARRAL. Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

No dia 02 de março de 2002 o Brasil apresentou consultas aos Estados Unidos a respeito do “imposto especial de equiparação” (*Equalizing Excise Tax - EET*) aplicado pela Flórida, desde 1970, aos produtos processados de laranja importados, em montante fixado pelo *Florida Department of Citrus (FDOC)*.

Na visão do Brasil, a aplicação da taxa aos produtos importados e não aos locais constituía violação de obrigações assumidas no âmbito do regime internacional de comércio e do princípio do tratamento nacional, (colisão com os art. II:1(a), III.1 e III:2 do GATT 1994), pois o valor levantado pelas taxas era para promoção exclusiva do suco de laranja da Flórida. O Brasil considera a taxa, da forma cobrada e administrada, como proteção e apoio indevidos aos produtores de cítricos processados da Flórida. O dano foi ainda mais grave considerando que esses produtos cítricos, especificamente na forma de suco de laranja concentrado congelado, estão entre as maiores exportações do Brasil aos Estados Unidos.

No dia 16 de agosto de 2002 o Brasil pediu o estabelecimento de Painel, cuja composição foi atrasada para beneficiar negociações bilaterais. Não atingido acordo, houve novo pedido do Brasil e o estabelecimento de Painel deu-se em outubro do mesmo ano. A CE, México, Chile e Paraguai reservaram seus direitos de terceira parte. Houve progresso no acordo entre as partes e por decisão mútua foi suspenso o processo de composição do Painel.

As negociações culminaram com a emenda à Seção 601.155 dos Estatutos da Flórida aprovada em 12 de maio de 2004. De acordo com esta emenda os exportadores brasileiros de produtos cítricos importados podem se eximir de pagar até dois terços da EET e opor-se que o terço restante de seu pagamento da EET seja dirigido a atividades de publicidade, relações públicas ou *marketing* pelo *Florida Department of Citrus*. Esse recurso poderá ser usado na manutenção e administração do órgão, e também em pesquisas e estudos.

As partes em 28 de maio de 2004 notificaram conjuntamente ao OSC solução considerada mutuamente satisfatória para o contencioso.

No andamento da finalização desse estudo, o Brasil fez um pedido de instalação de Painel acerca das medidas *antidumping* adotadas pelos EUA contra o suco de laranja brasileiro.⁷⁶

⁷⁵ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds250_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁷⁶ Disponível em < <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2009/8/20/por-suco-de-laranja-brasil-vai-a-omc-contra-eua>>. Acesso em 24 de outubro de 2009.

2.2.19. DS259. Estados Unidos – Medidas de Salvaguarda Definitivas⁷⁷ sobre Importações de Certos Produtos Siderúrgicos (*Definitive Safeguard Measures on Imports of Certain Steel Products*) 2002⁷⁸

Em 07 de março de 2002 a CE pediu consultas aos Estados Unidos (DS248⁷⁹) a respeito de medidas de salvaguarda impostas à importação de diversos produtos siderúrgicos, considerando tais medidas violadoras em vários pontos do Acordo sobre Salvaguardas. No mesmo mês o Japão, Coreia, Suíça, Canadá, Venezuela, Noruega, China, México, Nova Zelândia pediram para se juntar a essa consulta.

Nos próximos dois meses mais pedidos de consulta foram recebidos: Japão (DS249⁸⁰), Coreia (DS251⁸¹), China (DS252⁸²), Suíça (DS253⁸³), Noruega (DS254⁸⁴), Nova Zelândia (DS258⁸⁵) e Brasil (DS259). Todos esses culminaram no pedido de formação de painel, além das consultas comunitárias (DS249), já mencionadas.

O OSC estabeleceu um painel único entre as partes de acordo com o art. 9.1 do ESC. O Painel divulgou seu relatório em 11 de julho de 2003. Concluiu-se que as medidas de salvaguarda adotadas pelos EUA eram inconsistentes com as obrigações a respeito dos pré-requisitos para a imposição de medidas de salvaguarda, consoante ao Acordo sobre Salvaguardas e o GATT 1994. Este painel teve como terceira parte Canadá, Taiwan, Cuba, Malásia, México, Tailândia, Turquia e Venezuela.

Em 11 de agosto de 2003 os EUA notificaram a sua decisão de recorrer ao Órgão de Apelação, que chegou a conclusões no dia 10 de novembro do mesmo ano. Este relatório

⁷⁷ “*Medidas de Salvaguarda Definitiva*: são aplicadas, na extensão necessária, para prevenir ou reparar o prejuízo grave e facilitar o ajustamento da indústria doméstica, serão aplicadas em forma de elevação do imposto de importação ou restrições quantitativas. Sua aplicação terá duração de 4 anos, podendo ser estendida até 10 anos.” Disponível em < <http://www.ciespdiadema.com.br/imagens/eventos/ciesp/salvaguarda.pdf>>. Acesso em 24 de outubro de 2009.

⁷⁸ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds259_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁷⁹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds248_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁸⁰ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds249_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁸¹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds251_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁸² Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds252_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁸³ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds253_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁸⁴ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds254_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

⁸⁵ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds258_e.htm>. Acesso em 16 de Julho de 2009.

apoiou a maioria das conclusões do Painel, inclusive a de que tais medidas eram inconsistentes com as obrigações assumidas perante OMC.

Na reunião do OSC de 10 de dezembro de 2003 os EUA informaram que haviam extinguido todas as medidas de salvaguarda que foram objeto de controvérsia na OMC.

O resultado foi o ganho de causa com retirada das medidas de salvaguarda.

2.2.20. DS266. Comunidades Europeias – Subsídios à Exportação de Açúcar (*Export Subsidies on Sugar*) 2003⁸⁶

Foram apresentados ao OSC reclamações pela Austrália (DS265⁸⁷) e Brasil (DS266) em 27 de setembro de 2002 e pela Tailândia (DS283⁸⁸) em 14 de março de 2003. Atuaram como terceiras partes: Barbados, Belize, Canadá, China, Colômbia, Costa do Marfim, Cuba, Estados Unidos, Fiji, Guiana, Índia, Jamaica, Madagascar, Malauí, Maurício, Nova Zelândia, Paraguai, Quênia, São Cristóvão e Névis, Suazilândia, Tanzânia, Trinidad e Tobago.

As consultas dirigidas à CE se davam em razão do regime comunitário de exportação de açúcar, subsidiado. Discutia-se o regulamento do Conselho nº 1260/2001 de 19 de junho de 2001 e todas as outras leis, regulamentos, políticas administrativas e outros instrumentos relacionados ao regime comunitário de açúcar e outros produtos com açúcar, inclusive as regras adotadas de acordo com o artigo 42(2) do Regulamento do Conselho acima mencionado.

O Brasil apresentou consulta sobre dois pontos em especial. Em primeiro lugar a exportação de excedentes de produção, chamado açúcar da quota “C” que não pode ser comercializado no mercado comunitário. Apesar do açúcar da quota “C” não receber subsídios diretos, ele se beneficia dos subsídios concedidos ao açúcar das quotas “A” e “B” (a exportação da quota “C” atinge cerca de 3,6 milhões de toneladas/ano). E em segundo lugar a reexportação subsidiada do açúcar originário dos países das ex-colônias europeias na África, Caribe e Pacífico (ACP) e da Índia (cerca de 1,6 milhões de toneladas/ano) acima dos limites do Acordo sobre Agricultura da OMC e em discordância com o Art. III: 4 do GATT 1994.

⁸⁶ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds266_e.htm>. Acesso em 27 de Julho de 2009.

⁸⁷ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds265_e.htm>. Acesso em 27 de Julho de 2009.

⁸⁸ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds283_e.htm>. Acesso em 27 de Julho de 2009.

Em julho de 2003 Brasil, Austrália e Tailândia pediram o estabelecimento de Painel, composto em 23 de dezembro de 2003. Em 15 de outubro de 2004 o Painel divulgou três relatórios semelhantes para os três demandantes. A conclusão foi que:

- A exportação de açúcar da CE tinha excedido os níveis combinados desde 1995 e em particular nos anos 2000 e 2001;
- Os exportadores da ACP e Índia também excederam o nível de subsídios recebidos, acordados pela CE no art. 9.1(a) do Acordo sobre Agricultura;
- Produtores/exportadores de açúcar tipo C receberam pagamentos da CE, acima dos níveis acordados no art. 9.1(c) do Acordo sobre Agricultura.

A CE recorreu ao Órgão de Apelação (OA) em 13 de janeiro de 2005. Brasil, Austrália e Tailândia também recorreram ao OA sobre questões secundárias da decisão do Painel. O órgão reuniu-se com as partes do contencioso nos dias 7 e 8 de março de 2005 e seu relatório foi entregue no dia 28 de abril de 2005. Os co-demandantes novamente saíram vitoriosos.

Em 13 de junho de 2005, a CE anunciou intenção de implementar as recomendações da OMC, mas pediu prazo de dois anos, período não aceito pelos co-demandantes. O prazo para implementação teve de ser decidido por meio de arbitragem, e o laudo com a decisão foi divulgado em 28 de outubro, concedendo prazo de 12 meses e três dias para implementação das recomendações do OSC. Dessa forma, as exportações europeias deveriam se limitar a 1.273.500 toneladas/ano até 22 de maio de 2006.

Em 8 de junho de 2006 as partes declararam ao OSC que chegaram a um acordo mútuo respeitando os Art. 21 e 22 do ESC, resguardando seus direitos processuais por intermédio do acordo *sequencing*⁸⁹.

Em 19 de junho de 2006 a União Europeia declarou que, com a reforma do regime europeu de açúcar, as recomendações do OSC já haviam sido implementadas. A CE deixaria de ser exportadora líquida e passaria a ser importadora líquida de açúcar nos próximos anos.

Resultado: Brasil, Austrália e Tailândia monitoram, por meio de reuniões semestrais, o regime açucareiro europeu, em especial a quantidade e o gasto com subsídios.

2.2.21. DS267. Estados Unidos – Subsídios ao Algodão (*Subsidies on Upland Cotton*) 2002⁹⁰

⁸⁹ Um membro pode escolher reservar o direito de ir para a fase de retaliação mesmo depois de um acordo quando sentir-se inseguro quanto as possibilidades de observação desse acordo pela outra parte (Artigo 21.5 do ESC).

⁹⁰ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds267_e.htm>. Acesso em 27 de Julho de 2009.

Em 18 de agosto de 2002 o Brasil pediu consultas aos EUA questionando subsídios concedidos à produção e à exportação de algodão no período de 1999 a 2002. O total de subsídios questionados foi da ordem de US\$12,5 bilhões. Passou-se por Painel e Órgão de Apelação sem chegar a acordo.

Em 21 de março de 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC adotou os relatórios do Painel e do Órgão de Apelação. Consideraram-se proibidos três programas de garantias de crédito à exportação (GSM 102, GSM 103 e SCGP) por serem subsídios à exportação a um conjunto mais amplo de produtos agrícolas além do algodão, e por serem aplicados de forma incompatível com os compromissos dos EUA no Acordo sobre Agricultura da OMC. Houve a recomendação de retirada destes até 1º de julho de 2005.

Sobre os subsídios acionáveis⁹¹, foram considerados os programas “*Marketing Loan*”, “*Counter-Cyclical Payments*” e “*Step 2*” causadores de prejuízo grave ao Brasil em violação ao Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. Em decorrência disso, os EUA deveriam “*remover os efeitos adversos causados por esses subsídios, ou retirar os subsídios, até 21 de setembro de 2005*”.

Vencidos os prazos os EUA não retiraram tais programas e o Brasil solicitou em 2005 autorização para retaliar até o montante de U\$4 bilhões. Tais valores foram para tribunal arbitral, cujo trabalho foi suspenso por negociações bilaterais.

Em 18 de agosto de 2006, ainda sofrendo graves prejuízos, o Brasil solicitou o estabelecimento de um Painel de revisão e implementação, conforme o art. 21.5 do ESC, em que a Argentina, Austrália, Canadá, China, CE, Índia, Japão e Nova Zelândia, Chade e Tailândia participaram como terceira parte.

Em 18 de dezembro de 2007 o relatório do Painel foi divulgado. Concluiu-se que as medidas tomadas pelos EUA para cumprir as recomendações do OSC revelaram incompatibilidade com os artigos 5º e 6º do ASMC.

Em 12 de fevereiro de 2008 os EUA decidiram recorrer da decisão. O relatório do Órgão de Apelação foi divulgado em 02 de junho de 2008, confirmando as conclusões do Painel de implementação. Concluiu-se também que os EUA agiram incoerentemente com os artigos 10.1 e 8 do Acordo sobre a Agricultura e os artigos 3.1 (a) e 3.2 do ASCM, e tinham deixado de cumprir as recomendações e decisões do OSC especificamente. Ademais, os EUA

⁹¹ “*Subsídios acionáveis* – [...] são todos aqueles subsídios específicos que não são proibidos. Isto não obstante, e exclusivamente para fins de aplicação de medidas compensatórias, também os subsídios proibidos são acionáveis.” Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=267>>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

não modificaram as suas condutas para entrar em conformidade com o Acordo sobre Agricultura e retirar a subvenção, sem demora.

O Brasil sob o amparo do artigo 22.6 do ESC acionou, em 25 de agosto de 2008, procedimento arbitral que definiria o valor e as modalidades para adoção de contramedidas em relação aos EUA. O procedimento seria concluído inicialmente em 30 de abril de 2009, mas foi adiada para 14 de agosto, em razão da complexidade das questões envolvidas. O relatório da arbitragem circulou em 31 de agosto de 2009 e concluiu que o Brasil pode solicitar autorização para suspender concessões ou outras obrigações previstas nos acordos sobre comércio de mercadorias, até o valor de US\$147,4 milhões dólares para o ano fiscal de 2006, ou, para os anos seguintes, um montante anual a ser determinado.

Resultado: Ganho de causa, implementação de contramedidas em andamento.

2.2.22. DS269 - Comunidades Européias – Classificação Aduaneira do Frango Desossado Congelado. (*Customs Classification of Frozen Boneless Chicken Cuts*) 2002⁹²

Questionando sobre a reclassificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado, no dia 11 de outubro de 2002 o Brasil pediu consultas à União Européia a respeito do Regulamento 1223/2002 de 11 de julho do mesmo ano. Tal mudança na classificação significou alteração no direito aduaneiro cobrado das importações do produto de 15,4% “*ad valorem*”⁹³ para 1.024 Euros/tonelada, cerca de 70% “*ad valorem*”. A reclassificação, no entender do Brasil, violaria os Artigos II e XXVIII do GATT/1994.

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) calcula que somente o prejuízo referente ao primeiro semestre de 2003 seria uma soma superior a US\$ 125 milhões, pois as exportações de frango salgado observaram uma redução de 80%.

Em 25 de outubro os EUA pediram para se juntar às consultas e em março de 2003 a Tailândia fez o mesmo pedido. Sem chegar a acordo na fase de consultas, no segundo semestre de 2003 o Brasil e a Tailândia pediram o estabelecimento de Painel, composto em 28 de julho 2004. O relatório do Painel apenas foi divulgado em 30 de maio de 2005,

⁹² Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds269_e.htm>. Acesso em 27 de Julho de 2009.

⁹³ “*Ad valorem* [=] ‘conforme o valor’. Um tributo ‘ad valorem’ é aquele cuja base de cálculo é o valor do bem tributado. Contrasta com o tributo específico, arrecadado conforme uma dada quantia por unidade de mercadoria.” Disponível em < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

concluindo que as medidas comunitárias eram contrárias aos art.II: 1(a) e II: 1(b) do GATT 1994. O Brasil e a CE pediram revisão de pontos distintos do relatório pelo Órgão de Apelação. O relatório do Órgão de Apelação, aprovado pelo OSC em 27 de setembro de 2005, alterou algumas das interpretações do Painel, mas persistiu na recomendação de retirar as medidas consideradas violadoras dos compromissos assumidos internacionalmente.

Em novembro de 2005 o Brasil pediu arbitragem do tempo razoável para implementação das medidas. O tribunal arbitral determinou a data limite de 27 de junho de 2006. Na reunião do OSC de 19 de junho de 2006 a CE afirmou estar cumprindo os últimos passos da implementação, apenas considerada total em 19 de julho, através do Regulamento da Comissão nº 949/2006. No dia 26 de julho de 2006, Brasil e CE informaram ao OSC ter alcançado acordo, conforme os art. 21 e 22 do ESC. Tanto o Brasil quanto a Tailândia firmaram um acordo *sequencing* já considerando que as medidas adotadas pela CE possam se mostrar insatisfatórias.

Mais um importante ganho de causa para o Brasil no Painel e no Órgão de Apelação. O monitoramento das implementações pela UE está em andamento.

2.2.23. DS365. Estados Unidos da América – Apoio Doméstico à Agricultura. (*Domestic Support and Export Credit Guarantees for Agricultural Products*) 2007⁹⁴

Inicialmente o Brasil apresentou reclamações sobre subsídios domésticos concedidos aos produtores agrícolas norte-americanos nos períodos de 1999-2002 e 2004-2005. Em relação ao período de 1999-2001, as reclamações do Brasil foram acerca de:

- todos os apoios internos concedidos aos produtores agrícolas;
- os instrumentos pelos quais o apoio foi prestado e;
- programas de apoio e adicionais não-notificados.

Em relação ao período compreendido entre 2002 e 2004-2005, o Brasil indica que os Estados Unidos não fizeram nenhuma notificação sobre apoio doméstico incluído no seu MGA (Medidas Agregadas de Apoio) total. Assim, na ausência de informação, refere o pedido do Brasil:

⁹⁴ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds365_e.htm>. Acesso em 27 de Julho de 2009.

- a todas as medidas de apoio interno, na acepção do artigo 6 do Acordo sobre Agricultura, bem como os instrumentos usados na prestação desse apoio, incluindo os pagamentos diretos para vários produtores, os pagamentos de sementes de algodão, *cottonuser* certificações de marketing, subsídios de energia e de assistência alimentar. O pedido brasileiro é dirigido também a quaisquer programas americanos de apoio doméstico que não estejam abrangidos pelos compromissos de redução que os EUA assumiram.

O Brasil defende que as medidas são incoerentes com o artigo 3.2 do Acordo sobre Agricultura. Na opinião do Brasil, os Estados Unidos excederam os seus níveis de compromisso em cada um dos anos 1999-2001, bem como em 2002 e 2004-2005. A respeito das garantias de crédito à exportação, o Brasil pediu consultas sobre vários programas de exportação americanos e sobre programas de garantia de crédito, como o GSM102 e o *Supplier Credit Guarantee Program*. Essas medidas são tidas pelo Brasil como incoerentes com os artigos 3.3, 8, 9,1 e 10,1 do Acordo sobre Agricultura e também os artigos 3.1 (a) e 3.2 do Acordo SCM, uma vez que, na opinião do Brasil, os Estados Unidos fazem garantias de crédito à exportação em condições mais favoráveis do que aquelas que se encontram disponíveis no mercado.

De janeiro a julho de 2007 a Austrália, Argentina, Costa Rica, Índia, UE, Guatemala, Uruguai, Nicarágua e Tailândia pediram para se juntar às consultas. Posteriormente, os Estados Unidos informou o OSC que aceitou os pedidos da Argentina, Austrália, Canadá, Costa Rica, UE, Guatemala, Índia, Nicarágua, México e Tailândia para participar das consultas.

Em 8 de novembro de 2007, o Canadá e o Brasil solicitaram a criação de um painel. Na sua reunião de 27 de novembro de 2007, o OSC adiou a criação desse painel. Na sequência de um segundo pedido para estabelecer um painel de Canadá e Brasil, o OSC estabeleceu um painel único na sua reunião de 17 de dezembro de 2007. Argentina, Austrália, Chile, China, Comunidades Europeias, Índia, Japão, México, Nova Zelândia, Nicarágua, África do Sul, Taipé Chinês e Tailândia reservam seus direitos de terceiros interessados. Posteriormente, Turquia e Uruguai reservaram seus direitos de terceiros interessados.

A discussão a respeito dos subsídios agrícolas, em especial à produção do algodão, data de muito antes do estabelecimento formal do pedido de consulta e painel na OMC. Recentemente, em 31 de agosto de 2009, a OMC concedeu o direito ao Brasil de retaliar os Estados Unidos em US\$ 295 milhões por ano como sanção à manutenção de subsídios à produção de algodão. Apesar do ganho de causa para o Brasil, o valor pleiteado inicialmente era US\$ 2,5 bilhões. Assim, o montante definido pela OMC teria cunho quase simbólico. No

entanto, há que se considerar que os EUA defendiam a posição que as sanções não poderiam ultrapassar a soma de US\$ 30 milhões.

Se o Brasil decidir impor as sanções, será a primeira vez no seio da OMC que isso seria feito. Como visto anteriormente, somente no caso Embraer x Bombardier o Brasil recebeu autorização de retaliação. De qualquer forma, mesmo que seja escolhida a via da retaliação o *“montante solicitado é visto como pequeno para pressionar os americanos, que nada fizeram para reverter sua política desde que o caso foi aberto, ainda sob o primeiro mandato de George W. Bush.”*⁹⁵ As autoridades brasileiras entendem que para realmente se obter uma via efetiva que levem os EUA a retrocederem na questão dos subsídios, outra forma de retaliação deveria ser utilizada. Um dos pontos sensíveis para os EUA seria a invasão na propriedade intelectual de sua indústria farmacêutica e dos *royalties* sobre sementes transgênicas. Para isso, a OMC teria que concordar que o Brasil use de ‘retaliação cruzada’, utilizando, então, sanções em áreas diversas daquela em que a disputa ocorreu. Na prática, os países envolvidos em disputas entendem que utilizar das sanções autorizadas não é a solução mais interessante. O que ocorre é que o poder de barganha adquirido pelo Brasil, em uma área considerada sensível para o comércio mundial como é o algodão, *“pode ser crucial em um momento em que o Brasil tenta fazer andar a Rodada Doha de liberalização comercial, moribunda sobretudo por conta da posição norte-americana quanto aos subsídios agrícolas.”*⁹⁶

A possibilidade da autorização para retaliação cruzada envolvendo a indústria farmacêutica americana incorre em uma situação delicada para os EUA: caso o Brasil receba a autorização da quebra de patentes sobre medicamentos de laboratórios americanos, o caminho estará aberto para tantos outros países buscarem tais autorizações como forma de sanção contra os EUA.

Como a resolução desse caso ainda estava pendente até o momento da finalização desse trabalho, fica somente o questionamento sobre a decisão da OMC sobre as retaliações cruzadas, a escolha do Brasil em retaliar, e o posicionamento dos EUA perante a eminência de ataque direto a um setor poderoso de sua economia.

A princípio o ganho de causa é para o Brasil, mas há que se considerar que a recuperação dos prejuízos é tão somente parcial. Por enquanto a vitória é apenas simbólica.

⁹⁵ **Com trunfo na OMC, Brasil decide como atingir EUA em subsídios ao algodão.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u617234.shtml>>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

⁹⁶ **Com trunfo na OMC, Brasil decide como atingir EUA em subsídios ao algodão.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u617234.shtml>>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

2.2.24. DS382. Estados Unidos — Atos administrativos *antidumping* e outras medidas relacionadas com a importação de suco de laranja do Brasil (*Administrative Reviews and Other Measures Related to Imports of Certain Orange Juice from Brazil*) 2008⁹⁷

Indagando a respeito de certas medidas do Departamento de Comércio norte-americano a respeito do suco de laranja importado do Brasil, em 27 de Novembro de 2008 o Brasil pediu consultas aos EUA sobre seus atos, práticas e metodologias do “*United States Customs and Border Protection*”.

O país acredita que esse conjunto amplo de ações é inconsistente com as obrigações assumidas pelos EUA no regime internacional de comércio, violando especialmente os art. II, VI: 1 e VI: 2 do GATT 1994; art. 1, 2.1, 2.4, 2.4.2, 9.1, 9.3, 11.2 and 18.4 do AAD, e art. XVI: 4 do acordo OMC.

Em 10 de dezembro de 2008, Japão pediu para se juntar às consultas.

Após as reuniões realizadas no dia 16 de janeiro e 18 de junho de 2009, o Brasil decidiu pedir a instalação de Painel alegando que os EUA utilizam da técnica *zeroing* para inflar artificialmente as margens de *dumping*.

Procedimento em andamento.

2.3. Casos em que o Brasil atuou como demandado

2.3.1. DS 22. Filipinas - Medidas Referentes ao Coco Ralado (*Measures Affecting Desiccated Coconut*) 1995⁹⁸

Em 30 de novembro de 1995 as Filipinas pediram o estabelecimento de painel para questionar direitos compensatórios aplicados pelo Brasil às importações de coco ralado, alegando descumprimento do artigo 6 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias

⁹⁷ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds382_e.htm>. Acesso em 27 de Julho de 2009.

⁹⁸ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds22_e.htm>. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

(ASMC). O Canadá, UE, EUA, Indonésia, Malásia e Sri Lanka. reservaram seus direitos de terceiros interessados.

O Brasil alegou que a lei aplicável no caso era o código da Rodada Tóquio, já que a investigação havia sido iniciada antes da vigência dos acordos da Rodada Uruguai. O painel de outubro de 1996 e o Órgão de Apelação (fevereiro de 1997) decidiram em favor do Brasil, concluindo que as disposições dos acordos invocados pela reclamante são inaplicáveis ao litígio.

Resultado: Ganho de causa ao Brasil

2.3.2. DS 30. Sri Lanka - Medidas Compensatórias Referentes ao Coco Ralado (*Countervailing Duties on Imports of Desiccated Coconut and Coconut Milk Powder from Sri Lanka*) 1996⁹⁹

Em fevereiro de 1996 o Sri Lanka solicitou consultas sobre as mesmas medidas que as Filipinas questionavam no DS22, mas não chegou a pedir a formação de painel.

Resultado: questão resolvida sem estabelecimento de painel.

2.3.3. DS 46. Canadá - Programa de Financiamento às Exportações de Aeronaves (*Export Financing Programme for Aircraft*) 1998¹⁰⁰

Esta disputa correu em paralelo ao contencioso Canadá – Medidas Relativas às Exportações de Aeronaves Civis (DS70), anteriormente analisado. O Canadá acusava o programa brasileiro PROEX de violar os acordos da OMC.

Em 22 de Outubro de 1998, o painel foi composto, sendo que as UE e os EUA reservaram seus direitos de terceiros. O relatório do painel concluiu que as medidas do Brasil eram incompatíveis com os artigos 3.1 (a) e 27,4 do Acordo sobre subsídios.

Em 3 de Maio 1999, o Brasil recorreu acerca de algumas questões de direito e de interpretações jurídicas desenvolvidas pelo Painel. O relatório do Órgão de Apelação foi

⁹⁹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds30_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹⁰⁰ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds46_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

publicado em 2 de agosto de 1999. O Órgão de Apelação confirmou as conclusões do Painel, estabelecendo prazo até 18 de novembro de 1999 para que o Brasil efetuasse mudanças no PROEX. O Brasil reformulou o programa (PROEX II), mas o Canadá solicitou a abertura de painel de revisão, sob o Artigo 21.5 do ESC, para avaliar as mudanças efetuadas.

Em dezembro de 2000, o Brasil introduziu novas mudanças no programa (PROEX III), mas decidiu dar cumprimento integral aos contratos anteriores a 18 de novembro de 1999. Em consequência, o Governo canadense obteve autorização da OMC para aplicar retaliação (aumento de tarifas sobre produtos brasileiros ou suspensão de outras obrigações) até o montante anual de US\$ 233 milhões. O Canadá ainda não fez uso da autorização de retaliar.

Em fevereiro de 2001, o OSC aprovou o pedido canadense de estabelecimento de novo painel de revisão para estudar o PROEX III de acordo com as obrigações que o Brasil assumiu na OMC. Atuaram como terceiras partes os EUA, Comunidades Européias, Austrália e Coreia. Em 23 de agosto de 2001, o OSC publicou o relatório final do painel concluindo ser o PROEX III compatível com os compromissos brasileiros na OMC.

O ganho de causa foi do Canadá no painel original. No entanto, o Brasil obteve o ganho de causa ao Brasil no último painel de revisão.

2.3.4. DS 51. Japão¹⁰¹; 5. DS52 - EUA¹⁰²; 6. DS65 - EUA¹⁰³ e 7. DS81 - UE¹⁰⁴. Certas Medidas Referentes ao Comércio e Investimento no Setor Automotivo (*Certain Measures Affecting Trade and Investment in the Automotive Sector*) 1996/1997

Entre agosto de 1996 e maio de 1997, estes países questionaram certos aspectos do regime estabelecido pelo governo brasileiro para estimular a abertura de montadoras de automóveis no país.

Acusavam o Brasil de violar os artigos I:1, III: 4 e XI:1 do GATT 1994, Artigos 3, 5, 27.2, 27.4 do Acordo de Subsídios, e o artigo 2º do Acordo sobre TRIMS.

¹⁰¹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds51_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹⁰² Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds52_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹⁰³ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds65_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹⁰⁴ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds81_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

Os quatro pedidos de consultas receberam um proferimento único que decidiu por estabelecer quotas tarifárias e evitar a abertura de painel.

Assunto resolvido sem necessidade de estabelecimento de painel.

2.3.8. DS116. UE - Medidas Relativas a Prazos de Pagamento para Importações. (*Measures Affecting Payment Terms for Imports*) 1997¹⁰⁵

Em 9 de janeiro de 1998, a UE solicitou consultas com o Brasil a respeito de medidas introduzidas pela Medida Provisória 1.569-9, de 11 de Dezembro de 1997, e que supostamente afetavam as condições de pagamento para as importações.

A UE alega que estas medidas violavam os artigos 3º e 5º do Acordo sobre Procedimentos para Licenciamento de Importação.

Contencioso suspenso porque não foi solicitado estabelecimento de Painel.

2.3.9. DS183. UE - Medidas sobre Licenciamento a Importações e Preços Mínimos de Importação. (*Measures on Import Licensing and Minimum Import Prices*) 1999¹⁰⁶

Em 14 de Outubro de 1999 a UE pediu consultas a respeito de procedimentos de licenciamento de importações e de valoração aduaneira adotados pelo Brasil. Os EUA participaram como terceira parte.

A UE alegou que essas medidas do Brasil violariam, em especial: os artigos II, VIII, X e XI do GATT 1994, Artigo 4.2 do Acordo sobre Agricultura; os artigos 1º, 3, 5 e 8 do Acordo sobre Licenças de Importação Procedimentos; e os artigos 1º a 7º do Acordo sobre a Aplicação do artigo VII do GATT 1994.

Contencioso suspenso, já que a UE e os EUA não solicitaram estabelecimento de Painel.

¹⁰⁵ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds116_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹⁰⁶ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds183_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

2.3.10. DS197. EUA – Medidas sobre Preços Mínimos de Importação (*Measures on Minimum Import Prices*) 2000¹⁰⁷

Em 30 de maio de 2000, os EUA solicitaram consultas com o Brasil a respeito da utilização dos preços mínimos de importação para fins de valoração aduaneira, estabelecidos pelo Decreto n° 2.498/98 e outras leis e regulamentos relacionados.

Os EUA afirmaram que o Brasil utilizaria este sistema de verificação (em conjunto com os procedimentos de licenças automáticas de importação) para proibir ou restringir a importação de produtos com valores abaixo dos preços mínimos, arbitrariamente determinados, segundo os EUA.

Os EUA alegavam que as medidas eram inconsistentes com as obrigações assumidas pelo Brasil nos termos dos artigos 1 a 7, e 12 do Acordo de Valoração Aduaneira; notas gerais 1, 2 e 4 do Anexo 1 do Acordo de Valoração Aduaneira; artigos II e XI do GATT de 1994, artigos 1° e 3° do Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação; artigos 2° e 7° do Acordo sobre os têxteis e Vestuário; e do artigo 4.2 do Acordo sobre a Agricultura.

Contencioso suspenso, pois os EUA não solicitaram estabelecimento de Painel.

2.3.11. DS199. EUA – Medidas Referentes à Proteção Patentária (*Measures Affecting Patent Protection*) 2000^{108 109}

Depois das consultas ocorridas entre junho e dezembro de 2000, os EUA pediram estabelecimento de Painel em fevereiro de 2001. Esse Painel foi retirado depois negociações bilaterais em que o Brasil se comprometeu a notificar aos EUA todos os eventuais casos de licenças compulsórias¹¹⁰ envolvendo empresas norte-americanas.

¹⁰⁷ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds197_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹⁰⁸ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds199_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹⁰⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Contenciosos Encerrados ou Suspensos**. Disponível em <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1874>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

¹¹⁰ “A licença compulsória é um mecanismo de defesa contra possíveis abusos cometidos pelo detentor de uma patente e que é acionado pelo governo do país concedente do privilégio. Através da licença compulsória o governo autoriza um terceiro a explorar o objeto da patente sem o consentimento prévio do detentor da mesma [...] A licença obrigatória não derroga os direitos do detentor do privilégio. O governo que fizer uso deste dispositivo continua obrigado a oferecer ao titular da patente uma justa compensação pelo uso da mesma. Os direitos do titular continuam válidos, somente agora sua

Dessa forma, com a retirada do Painel, o contencioso foi resolvido de forma satisfatória para o Brasil.

2.3.12. DS 229. Índia – Direitos Anti-Dumping sobre Sacos de Juta (*Anti-Dumping Duties on Jute Bags from India*) 2001¹¹¹

Em abril de 2001, a Índia fez um pedido de consultas relativo à imposição brasileira de direitos de *antidumping* sobre sacos de juta daquele país. As consultas se realizaram em abril de 2001.

De acordo com a Índia, as disposições parecem ser compatíveis com os artigos "VI e X do GATT de 1994, artigos 1º, 2, 3, 5, 6 (especialmente 6,6, 6,7, 6,8 e Anexo II, 6,9, 6,10), 11, 12, 17,6 (i), 18,3, 18,4 e artigo XVI do Acordo da OMC, dentre outros.

Em junho o Brasil encaminhou respostas às questões formuladas pela Índia.

Contencioso suspenso. A Índia não solicitou estabelecimento de painel.

2.3.13. DS332. UE - Medidas que afetam as importações de pneus recauchutados (*Measures Affecting Imports of Retreaded Tyres*) 2005¹¹²

Em 20 de Junho de 2005, a União Européia solicitou consultas com Brasil a respeito da imposição de medidas que afetam negativamente as exportações de pneus recauchutados da CE para o mercado brasileiro. Questiona as seguintes medidas brasileiras:

- proibição de importação de pneus recauchutados;
- adoção de um conjunto de medidas que proíbem a importação de pneus usados;
- imposição de uma multa de R\$400 por unidade sobre a importação, bem como a comercialização, transporte, armazenagem, conservação e manutenção em depósito ou armazém de pneus recauchutados importados, mas não de pneus recauchutados domésticos e;
- isenção destas medidas para os Países do MERCOSUL.

exploração não mais se fará sob um regime de monopólio." Disponível em < <http://www.cipi-qf.org.br/legislacao.asp?tipo=L&legislacao=7>>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

¹¹¹ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds229_e.htm>. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹¹² Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds332_e.htm>. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

A CE alegou que as medidas anteriores seriam incompatíveis com as obrigações previstas nos artigos I: 1, III: 4, XI: 1 e XIII: 1 do GATT 1994.

Reservaram direitos de terceiros a Argentina; Austrália; China; Cuba; Guatemala; Japão; Coreia do Sul; México; Paraguai; Taiwan; Tailândia e Estados Unidos.

Em 12 de Junho de 2007, o relatório do Painel foi publicado. A decisão foi no sentido que:

- com relação à proibição do Brasil de importação de pneus reformados (i) Portaria SECEX 14/2004 é incompatível com o artigo XI: 1 do GATT 1994, que proíbe a emissão de licenças de importação para pneus reformados, e não se justifica, nos termos do artigo XX (b) do GATT 1994,

- (ii) Portaria DECEX 8 / 1991, na medida em que proíbe a importação de pneus recauchutados, é incompatível com o artigo XI: 1 e não se justifica ao abrigo do artigo XX (b) do GATT 1994, e (iii) Resolução CONAMA 23/1996 não é incompatível com o artigo XI: 1.

- com relação às multas impostas pelo Brasil à importação, comercialização, transporte, armazenagem, conservação de pneus recauchutados, o Decreto Presidencial 3.179, alterado pelo Decreto Presidencial 3.919, é incompatível com o artigo XI: 1 do GATT 1994, que impõe condições limitantes em relação ao importação de pneumáticos recauchutados e não se justifica sob qualquer Artigo XX (b) ou do artigo XX (d) do GATT 1994.

- no que diz respeito às medidas mantidas pelo Estado brasileiro de Rio Grande do Sul em relação aos pneus reformados, a Lei 12.114, como alterada pela Lei 12.381, é incompatível com o artigo III: 4 do GATT 1994, que concede um tratamento menos favorável aos produtos importados pneus recauchutados do que aos produtos nacionais similares e não se justifica ao abrigo do artigo XX (b) do GATT 1994.

Houve apelação e em 3 de Dezembro de 2007, o relatório do Órgão foi distribuído aos Membros. O Órgão de Apelação confirmou parte do relatório do Painel e reverteu outra parte considerável.

Na sua reunião do OSC de 15 de janeiro de 2008, o Brasil se propôs a implementar as recomendações e decisões do OSC e manifestou a intenção de realizar consultas com a CE sobre a duração apropriada do período de tempo para a implementação. Em 4 de junho de 2008, a CE solicitou arbitragem obrigatória nos termos do artigo 21,3 (c). Em 29 de agosto de 2008, a sentença arbitral foi distribuída aos Membros. O árbitro determinou que o período de tempo razoável para o Brasil implementar as recomendações e decisões do OSC seria de 12

meses a partir da aprovação de relatórios do Painel e do Órgão de Apelação. O período razoável de tempo expirou em 17 de Dezembro de 2008.

Resultado: em 7 de janeiro de 2009, as partes notificaram o OSC a respeito de um acordo procedimental, com fulcro no artigo 22 do OSC, que foi celebrado em 5 de janeiro de 2009.

2.3.14. Argentina - DS 355. Medidas *Antidumping* sobre Importação de Certas Resinas da Argentina (*Anti-dumping Measures on Imports of Certain Resins from Argentina*) 2006¹¹³

Em 26 de dezembro de 2006, a Argentina solicitou consultas concernentes às medidas *antidumping* aplicadas pelo Brasil às importações de algumas resinas de polietileno tereftalato (PET). A Argentina afirmou que a investigação e as medidas *antidumping* impostas pelo Brasil seriam inconsistentes, com os seguintes dispositivos da OMC:

– Artigo VI do GATT 1994; Artigos 2.2.1, 2.2.1.1, 2.2.2, 2.4, 3.1, 3.2, 3.4, 3.5, 6, 8, 10 e 12 e Anexo II do Acordo *Antidumping*; artigo XVI:4 do Acordo *Antidumping*; artigo X do GATT 1994; artigo 6.14, 10 e 18.4. do Acordo *Antidumping*; e artigos 9 e 18.4. do Acordo *Antidumping*.

Realizaram-se consultas em 01 de fevereiro de 2007. A primeira audiência do painel estava marcada para os dias 05 e 06 de fevereiro de 2008. Antes disso, porém, em 31 de janeiro de 2008, o governo argentino solicitou à OMC que os procedimentos fossem suspensos, segundo a previsão do artigo 12.12 do ESC.

A suspensão dos procedimentos se deu em decorrência de acordo realizado em consulta com as empresas envolvidas de ambos os países. O Brasil suspendeu a aplicação de direitos *antidumping* em decorrência da alteração nas condições de mercado no âmbito do MERCOSUL (Resolução Camex nº 04, de 29/01/08). O acordo também resultou na suspensão da imposição pela Argentina de direitos *antidumping* sobre as importações de resina PET do Brasil.¹¹⁴

Resultado: Suspensão dos procedimentos.

¹¹³ Disponível em < http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds355_e.htm >. Acesso em 04 de Agosto de 2009.

¹¹⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota à imprensa Nº 46**, de 06/02/08: < http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=5102 >. Acesso em 25 de Agosto de 2009.

2.4. Conclusão parcial

Neste capítulo foram elencados os 24 casos em que o Brasil atuou como demandante e os 14 casos em que atuou como demandado no OSC da OMC até o momento (o Brasil atuou como terceiro interessado em 49 casos). Este é um número alto de participações, e para comparar observemos os números de casos da Índia (18 como demandante, 20 como demandados e 51 como terceiro interessado) e da China (6 como demandante, 17 como demandado, 62 terceiro interessado).

Tem-se que em 01 de outubro de 2009 totalizavam-se 399 disputas no OSC da OMC, das quais o Brasil figura como diretamente envolvido em 38 (9,52% dos casos), enquanto sua participação no comércio internacional é de apenas 1,2% do montante total de exportações e 0,9% das importações.¹¹⁵

O Brasil não tem hesitado em buscar o auxílio ao OSC na busca de se defender de medidas tomadas por outros membros que sejam desrespeitosas às regras multilaterais de comércio. A política externa brasileira ‘tem elegido o sistema de solução de controvérsias da OMC como um pilar importante de sua ação na área comercial, de forma coerente com sua tradição de privilegiar a solução pacífica de controvérsias e multilateralismo.’¹¹⁶

A solução por via da OMC tem trazido grandes benefícios. O primeiro deles é o real cumprimento das regras da OMC através da aplicação destas no OSC, o que traz segurança jurídica por cumprimento dos acordos internacionais. No entanto, a solução diplomática tem se mostrado, ainda, a mais eficiente na resolução de questões comerciais avançadas, procurando o entendimento entre as partes, desenvolvimento do comércio internacional e retirada de barreiras comerciais.

¹¹⁵ OMC. **Developing, transition economies cushion trade slowdown**. Disponível em: < http://www.wto.org/english/news_e/pres08_e/pr520_e.htm >. Acesso em 25 de setembro de 2009.

¹¹⁶ COZENDEY, Carlos Márcio Bicalho. **O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: para além dos contenciosos, a política externa**. Disponível em: < http://www2.mre.gov.br/cgc/Artigo_Contenciosos_OMC_Diretor_DEC.pdf >. Acesso em 03 de agosto de 2009.

Capítulo 3. Rodada Doha

A Rodada Doha, é uma das rodadas de negociações da OMC¹¹⁷ e tem como objetivo diminuir as barreiras comerciais e liberalizar o comércio mundial. Foi lançada em novembro de 2001, durante a 4ª Conferência Ministerial da OMC em Doha, capital do Qatar¹¹⁸. Nesta conferência 149 países buscaram incentivar o comércio internacional, e ainda a redução de tarifas e subsídios, que são obstáculos ao livre comércio. A princípio negociações aconteceriam até 2005. O pacote de negociações recebeu o nome oficial de Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD).

Segundo a OMC a ADD oferece tratamento diferenciado a países desenvolvidos (PDs) e os países em desenvolvimento (PEDs) para que as decisões tomadas sejam efetivas e permitam que os PEDs realizem suas necessidades. Cerca de dois terços dos membros da

¹¹⁷ No site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior há uma explicação sucinta sobre as rodadas de negociação já ocorridas e um quadro com fácil visualização de todas as rodadas e os assuntos nelas discutidos. Achemos cabível trazê-la em sua íntegra:

“Segundo o Art. XXVIII do GATT, os Membros podem decidir se engajar em rodadas de negociação visando a diminuição das tarifas de importação e a abertura dos mercados. No âmbito do GATT, foram realizadas 8 Rodadas de Negociação e sob a OMC, foi lançada a Rodada Doha, com o objetivo de ser a Rodada do Desenvolvimento, beneficiando principalmente os interesses dos países em desenvolvimento.

O quadro abaixo mostra o resumo das Rodadas de Negociação na história do sistema multilateral de comércio:”

Rodada	Período	Países Participantes	Temas cobertos
Genebra	1947	23	Tarifas
Annecy	1949	13	Tarifas
Torquay	1950 - 1951	38	Tarifas
Genebra	1955 - 1956	26	Tarifas
Dillon	1960 - 1961	26	Tarifas
Kennedy	1964 - 1967	62	Tarifas e antidumping.
Tóquio	1973 - 1979	102	Tarifas, Medidas não tarifárias, Cláusula de Habilitação.
Uruguai	1986 - 1993	123	Tarifas, Agricultura, Serviços, Propriedade Intelectual, Medidas de Investimento, novo marco jurídico, OMC.
Doha	2001 - ?	149	Tarifas, Agricultura, Serviços, Facilitação de Comércio, Solução de Controvérsias, “Regras”.

Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=369&refr=366>>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

¹¹⁸ Para uma compreensão detalhada dessa Conferência, recomenda-se a leitura do texto disponível no site oficial da OMC, no seguinte link: < http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>.

OMC são PEDs, que têm crescente e importante papel na organização, não somente pelo seu número, mas pelo papel que estão adquirindo na economia global. É importante levar em conta que para esses países o comércio é vital para seu desenvolvimento. O grupo de PEDs, entretanto, não é homogêneo quanto aos seus interesses.

As regras de tratamento especial e diferenciado na OMC datam do GATT. No âmbito da OMC, desde a sua 1ª Conferência Ministerial, realizada em 1996, se reconhece que os PEDs precisariam dispor de muito esforço para cumprir com as obrigações assumidas naquela organização, principalmente para cumprir as notificações e adequação da legislação nacional. Algumas das prerrogativas oferecidas como tratamento especial e diferenciadas são:

- prazos maiores para implementação de acordos e medidas para os PEDs, dando mais chances comerciais a estes;
- previsões que visam aumentar suas oportunidades comerciais;
- previsões de que os membros da OMC devem salvaguardar os interesses dos PEDs quando tomarem algumas medidas internacionais, e mesmo medidas domésticas;
- previsões sobre variadas formas de auxílio a estes, como por exemplo, o auxílio relativo às barreiras técnicas.

Na declaração de Doha os membros concordaram que todas essas previsões especiais mereciam revisão, para que se tornassem mais precisas, efetivas e operacionais. Mais especificamente, o Comitê de Comércio e Desenvolvimento obrigou-se:

- a identificar as previsões de caráter mandatário e as de caráter não obrigatório no ordenamento;
- a procurar formas de tornar essas disposições mais efetivas;
- a considerar a forma pela qual o tratamento especial e diferenciado pode ser incorporado nas estruturas das normas da OMC.

O acordo geral sobre comércio e tarifas (GATT) tem uma seção especial para os PEDs (Parte 4), que inclui previsões sobre a não-reciprocidade na negociação entre países desenvolvidos (PDs) e PEDs. Quando países desenvolvidos fazem concessões comerciais a países em desenvolvimento não devem esperar em troca que estes façam concessões do mesmo porte. Tanto o GATT quanto o acordo geral sobre comércio de serviços (GATS) permite que os PEDs tenham algum tratamento diferenciado.

Há ainda a diferenciação daqueles países menos desenvolvidos (PMDs), que devem receber tratamento ainda mais especial e se beneficiar da maior flexibilização possível das normas, de modo a beneficiá-los. Para reconhecê-los a OMC utiliza-se de uma listagem

oferecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que por sua vez é baseada em critérios definidos na revisão trienal do Conselho Econômico e social, em 2000:

- (i) baixa renda: tomando-se por base o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* médio dos últimos anos;
- (ii) recursos humanos deficientes: medidas por um índice composto que tem por base indicadores como alimentação, saúde e educação; e
- (iii) vulnerabilidade econômica: também medida por um índice composto, cujos indicadores são: instabilidade da produção agrícola, instabilidade das exportações de bens e serviços, parcela do PIB relativa ao setor industrial, parcela de trabalhadores empregados na indústria, entre outros.¹¹⁹

Na Declaração de Doha a OMC observa que muitos países desenvolvidos têm diminuído substancialmente as tarifas de importação de produtos de PMDs. Agora os membros se comprometem a buscar a retirada total de barreiras aduaneiras ou cotas de importação para os produtos dos PMDs, e ainda considerar medidas adicionais que auxiliem o acesso aos mercados.

Os membros também acordaram que devem tentar abrir cada vez mais a negociação com os PMDs, de modo que possam ingressar na OMC de maneira mais rápida e fácil, garantindo-lhes auxílio técnico dentro da organização (que já há, inclusive para os PEDs). Há, inclusive, um subcomitê para os PMDs, subsidiário do Comitê para Comércio e Desenvolvimento, que trabalha para harmonizar essa declaração com as orientações passadas pela ONU. Para que isso seja possível, a Declaração de Doha pede que os membros doadores da OMC aumentem suas contribuições.

Há ainda questões não relativas ao comércio que adentram as discussões, tais como proteção ambiental, segurança alimentar, desenvolvimento das áreas rurais e a questão energética.

Um dos pontos mais debatidos é a agricultura. Busca-se segurança alimentar, assim como o desenvolvimento rural, tornando a questão dos subsídios à produção e exportação ainda mais sensível. A ADD confirma objetivos de longa data da OMC em estabelecer um sistema de comércio justo e orientado pelas regras de mercado. Isto só é possível com uma grande reforma do setor até que sejam corrigidas e evitadas quaisquer distorções no mercado mundial da agricultura.

Na ADD discutem-se ainda questões relativas a:

- medidas sanitárias e fitossanitárias;

¹¹⁹ BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e indústria nacional: as salvaguardas para o desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2004. p.14.

- têxteis e vestuário;
- barreiras técnicas ao comércio;
- medidas de investimento relacionadas ao comércio (TRIMs);
- medidas *antidumping*, regras de origem;
- valoração aduaneira;
- subsídios e medidas de salvaguarda;
- direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPs);
- *cross-cutting*¹²⁰;
- implementação de tudo que já está em vigor sob a égide da OMC, relativas ao parágrafo 12(b) da Declaração de Doha.

3.1 Percurso

A Rodada Doha foi lançada em novembro de 2001, durante a 4ª Conferência Ministerial da OMC em Doha, capital do Qatar, com o nome de Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD).

A 5ª Conferência Ministerial da OMC aconteceu em setembro de 2003, na cidade de Cancun, México. Nessa conferência os ministros deveriam chegar a um acordo que finalizasse o pacote de negociações, já focando na parte prática de sua implementação. Infelizmente os membros não chegaram a um consenso, mesmo após quatro dias de discussões, e houve grande discórdia principalmente sobre produtos agrícolas. As questões mais controvertidas são conhecidas como “questões de Singapura”¹²¹. Apenas no ano seguinte, em agosto de 2004 as partes obtiveram um progresso real na questão. A conferência de agosto de 2004 em Genebra, após duas semanas de negociação, chegou a um esboço de acordo sobre a abertura do comércio global, também conhecido como “pacote de 2004”.

Em Genebra alcançou-se um enquadramento consensual para futuras negociações. Esse enquadramento prevê a eliminação total de subsídios às exportações agrícolas no futuro. Esse foi um importante passo, pois programas de subsídios como o dos EUA e das CE distorcem seriamente o comércio mundial. O objetivo é ajudar os agricultores de todo o

¹²⁰ Questões que podem afetar ou causar impacto em mais de uma área.

¹²¹ “Estas questões dizem respeito à criação de novas regras em matéria de facilitação das trocas comerciais, à transparência dos contratos públicos, aos investimentos e à concorrência. Estes quatro temas foram incluídos na Agenda de Desenvolvimento de Doha. No entanto, os membros da OMC acordaram em iniciar negociações sobre estas questões unicamente quando chegassem a acordo sobre as modalidades a que obedeceriam as negociações [...]” OMC-ADD: A UE está pronta a dar um novo passo nos três domínios-chave das negociações. Disponível em < <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/04/622&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

mundo a competir num terreno de igualdade com os agricultores de economias mais desenvolvidas. Os cortes deverão ser harmonizados, para que países com subsídios maiores sejam forçados a reduzir mais os seus subsídios e tarifas. O acordo também contempla créditos e cortes à exportação de algumas barreiras não-alfandegárias, como os usuais atrasos dos serviços aduaneiros que também encarecem o produto¹²².

Mas apesar da reunião de Genebra ter sido considerada um êxito, já se sabia que havia ainda muitas questões obscuras pela frente. Não se decidiu sobre quais seriam os produtos abrangidos, qual a extensão dos cortes às barreiras, alfandegárias ou não, e nem quando entrariam em vigor.

Desta época data importante discurso do Embaixador Celso Amorim, que esclarece os interesses do Brasil nesta Rodada, frente as propostas feitas pela União Européia:

Nós achávamos, e achamos, que era muito importante que a União Européia fizesse uma oferta significativa na área de acesso a mercados por esses dois motivos, porque é importante em si mesmo no acesso a mercados, e porque uma oferta significativa da União Européia em acesso a mercados possibilita consolidar aquilo que os Estados Unidos já ofereceram, e avançar um pouco mais.

(...)Porém, não se pode esperar jamais, que os países em desenvolvimento possam fazer uma oferta em produtos industriais que seja maior que oferta que os países desenvolvidos estão dispostos a fazer em agricultura. É algo que foge ao bom senso em uma rodada para o desenvolvimento.

(...) no que diz respeito a serviços a situação é um pouco mais complexa porque é mais difícil você quantificar a mesma coisa em serviços. O Presidente Lula assinala na carta que nós entendemos que haverá necessidade também de movimento nessas outras áreas, mas que é preciso guardar a proporcionalidade.

(...) Com relação à oferta agrícola eu diria que não há dúvidas de que a UE deu um passo. Um avanço em termos, sobretudo na parte das reduções tarifárias. Em relação aos cortes, há um avanço que você poderia traduzir em aproximadamente 10 a 12 pontos percentuais de corte em cada banda, dentro da estrutura. Por exemplo, onde eles se propõem a cortar quarenta, eles agora estão se propondo a cortar cinquenta – não estou sendo preciso, porque também é banda por banda, cada uma é de um jeito. Há um avanço nesse sentido de aproximadamente 10 a 12%. Esse é o principal aspecto positivo que eu veria na proposta. Mas ao fazer isso, fica ainda bastante distante da proposta do G-20, para não falar da proposta dos EUA.¹²³

Com mais assuntos pendentes o prazo inicialmente estabelecido para o fim da ADD não foi cumprido. Em 2005, não oficialmente, os membros estabeleceram novo prazo para fim das negociações: final de 2006. Queriam terminar a próxima fase de negociações na

¹²² No Brasil esse atraso na realização das vistorias pelos funcionários da Receita Federal já recebeu o curioso apelido de ‘operação tartaruga’.

¹²³ PALÁCIO ITAMARATY, Brasília. 28/10/2005. **Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC.** Disponível em < http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DI >. Acessado em 18 de agosto de 2009.

Conferência Ministerial de Hong-Kong, de 13 a 18 de dezembro de 2005, incluindo a questão da agricultura e acesso a mercados para produtos industrializados.

A 6ª Conferência Ministerial da OMC teve duração de seis dias. Mais de cinco mil e oitocentos representantes dos cento e quarenta e nove países membros da OMC e dois mil das organizações não governamentais participaram do evento. Na reunião, Tonga aderiu à OMC, se tornando o 150º país-membro da organização. Com a reunião de Hong Kong, as negociações da Rodada de Doha concluíram 60% de seus objetivos, chegando a um consenso e aprovando o "Manifesto dos Ministros de Hong Kong".

O "Manifesto" obteve bons resultados no comércio de produtos agrícolas, acesso a mercado com relação a produtos não agrícolas, serviços e ainda debateu sobre o desenvolvimento. De acordo com o "Manifesto", os países industrializados aboliriam os subsídios de todos os produtos agrícolas até o final de 2013. Os PDs em conjunto com alguns PEDs, concederiam a isenção de impostos alfandegários e o acesso a mercado sem quotas para todos os produtos dos PMDs antes de 2008. E ainda, os países industrializados anulariam os subsídios para a exportação de algodão em 2006.

Pascal Lamy, então Diretor Geral da OMC, confirmou os êxitos da conferência de Hong Kong e apontou:

Os resultados desta reunião fizeram com que as negociações de Rodada de Doha voltassem ao caminho certo, fato este se encontrava urgente. Além de conquistar resultados na quantidade, a reunião injetou nova energia para as negociações, a fim de concluir em 2006 todas as negociações previstas na agenda do desenvolvimento de Doha.¹²⁴

Em junho de 2006 os ministros de comércio de mais de 60 países se reúnem em Genebra para continuar as negociações e tentar fechar acordo para a Rodada, que se encontrava então em um momento crítico, sem sucesso. No mês seguinte os ministros do G6 (principais potências comerciais da quais se esperam acordos de princípios) se reúnem em Genebra, mas não conseguiram chegar a acordo. Neste momento o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy suspendeu as negociações.

Em novembro do mesmo ano a Suíça convoca para janeiro de 2007, durante o Fórum Econômico Mundial, uma reunião entre os principais negociadores da Rodada de

¹²⁴ DEPARTAMENTO ECONÔMICO E COMERCIAL DA EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Conferência ministerial da OMC em Hong Kong trouxe esperança para Rodada Doha.** Disponível em: < <http://br2.mofcom.gov.cn/aarticle/headnews/200512/20051201110950.html> >. Acesso em 17 de agosto de 2009.

Doha para impulsionar a negociação. Só então as negociações da Rodada de Doha são retomadas oficialmente, em Genebra, sete meses depois de terem sido suspensas.

A próxima Conferência Ministerial aconteceu já no ano seguinte, em 2008, de 21 a 29 de julho. Ministros de cerca de trinta e cinco países se reuniram em Genebra, convocados pelo Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, com o objetivo de salvar a Rodada de Doha.

Apesar dos esforços dos negociadores, a Conferência Ministerial fracassou com a decisão da Índia e China de abandonar a sala de negociações. Essa atitude, segundo muitos analistas, poderia representar o colapso definitivo da Rodada de Doha.

A rodada de negociações foi considerada um fracasso até o momento, mas os esforços continuam. A mais recente reunião foi informal e aconteceu nos dias 03 e 04 de setembro de 2009, em Nova Déli, na Índia. Os ministros de comércio de 40 países estavam determinados a encontrar pontos de acordo nas estagnadas negociações. O diretor geral da OMC, Pascal Lamy, disse que os ministros deveriam discutir uma estratégia para concluir a rodada Doha em 2010.

As principais nações industrializadas e cinco economias emergentes, incluindo a China e a Índia, concordaram concluir a rodada até o fim de 2010. Para que este objetivo seja alcançado, todos os 153 membros da OMC devem concordar com um pacto que vai reduzir radicalmente os subsídios dados aos agricultores do mundo, principalmente os da América do Norte e Europa e ao mesmo tempo diminuir outras barreiras comerciais.

3.2 O Brasil e o G-20

O G-20 foi criado em 20 de agosto de 2003 para unir em um grupo os países em desenvolvimento. Sua criação data da preparação para a 5ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, entre 10 e 14 de setembro de 2003.

O G-20 tem uma representação geográfica ampla, composto por vinte e três membros: cinco da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), seis da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e doze da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

A atuação central do grupo orbita as questões agrícolas, que é o tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha. O Grupo nasceu com o objetivo de defender os interesses dos países em desenvolvimento nas negociações agrícolas dentro da AAD. Depois de afunilar as posições a um ponto comum, um documento oficial foi elaborado, o qual se

mantém como fonte basilar do grupo (WT/MIN(03)/W/6). Apesar de não terem sido fáceis de alcançar, essas posições facilitam muito a negociação, pois coordenam interesses de países para os quais a produção e comércio agrícolas são vitais. Esse grupo representa quase 60% da população mundial, 70% da população rural em todo o mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais.

Não se pode dizer que dentro desse grupo todos têm os mesmos interesses apenas por serem todos PEDs, quando se trata de produtos específicos a discussão é enorme. Há convergência e divergência de posições negociadoras, conforme interesses domésticos específicos: o Brasil conta com o apoio do Canadá na questão dos subsídios agrícolas; mas estes países atuam em pólos opostos quando se trata de subsídios à exportação envolvendo o setor de aeronaves civis. Outros países em desenvolvimento, como a Índia, apóiam a posição brasileira. Por interesse domésticos flutuantes a composição do grupo é variável, mas isso não desacredita internacionalmente o grupo. Segundo o Ministério da Relações Exteriores, o G-20 fez

intensas consultas técnicas e políticas, visando a injetar dinamismo nas negociações. Foram realizadas diversas Reuniões Ministeriais do Grupo (Cancún, setembro/2003; Brasília, dezembro/ 2003; São Paulo, junho/2004; Nova Délhi, março/2005; Bhurban, setembro/2005; Genebra, outubro e novembro/2005; Hong Kong, dezembro/2005; Genebra, junho/2006; Genebra, junho e novembro/2007; e Genebra, julho/2008), além de freqüentes reuniões entre Chefes de Delegação e Altos Funcionários, em Genebra. O grupo promoveu, ainda, reuniões técnicas com vistas a discutir propostas específicas no contexto das negociações sobre a agricultura da OMC e a preparar documentos técnicos, em apoio à posição comum adotada pelo Grupo.¹²⁵

A atuação do G-20 tem modificado o norte das deliberações da OMC, trazendo mais transparência e injetando crescente importância na participação dos países em desenvolvimento no seio dessa organização. Um exemplo da poderosa atuação do grupo deu-se durante a Conferência Ministerial de Hong Kong, com o proferimento do prazo-limite para as questões agrícolas envolvendo as CE (2013), que cederam à pressão do G-20, liderado pelo Brasil e Índia.

3.3 Questão relativa aos produtos agrícolas

O Brasil e vários outros PEDs têm grande parte do seu Produto Interno Bruto ligado à agricultura e à exportação desses produtos. São vitais para o desenvolvimento (e até

¹²⁵ Disponível em < http://www.g-20.mre.gov.br/history_port.asp>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

sobrevivência, no caso dos PMDs) e por isso é tão importante que esse assunto seja debatido com clareza no sistema multilateral de comércio.

A Rodada Doha se dispôs a rever as distorções das regras de comércio internacional criadas nas rodadas anteriores. A agricultura e os níveis de subsídios associados a países desenvolvidos e faixas cumulativas de proteção a mercados são grandes distorções no mercado mundial atual e merecem toda a atenção da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

Os países desenvolvidos tentam tirar o foco desta questão e abaixar o mínimo possível os níveis de proteção aos mercados nacionais, protegendo seus agricultores, que além de eleitores, têm importante papel na economia nacional desses países, tendo voz ativa e grande atenção de seus governos.

O G-20, como já visto, foi criado especialmente para lidar com a questão dos produtos agrícolas e tem uma posição firme sobre o assunto:

Em relação a Apoio Interno, necessitamos uma indicação clara das contribuições dos principais subsidiadores. No texto de Agricultura, nós temos uma estrutura e diversos níveis de flexibilidades específicas para Países Desenvolvidos. Mas até o momento não temos nenhuma indicação do que esses países estão preparados para fazer em termos do alcance dessas medidas. O G-20 tem reiterado com firmeza o mandato para uma redução substancial nos níveis de apoio interno. Temos destacado a conexão entre cortes efetivos em Apoio Interno Geral de Caráter Distorcivo ao Comércio (Overall Trade-Distorting Domestic Support - OTDS) e disciplinas de produtos específicos. Somente cortes substantivos e efetivos vão atender ao Mandato. O alcance no texto de Agricultura deve ser visto à luz da nova realidade no comércio agrícola em função do aumento dos preços dos alimentos. A “Farm Bill” dos Estados Unidos é um sinal desencorajador. Em relação ao algodão, um tema central devido a seu impacto em termos de desenvolvimento, especialmente em países africanos pobres, não há solução à vista. Ademais, devemos nos certificar que “subsídios de Caixa Verde” não têm nenhum – ou quase nenhum – efeito na produção. Não podemos permitir a transferência disfarçada de subsídios distorcivos para a Caixa Verde. Os países desenvolvidos são os principais responsáveis por essa reforma. Eles devem demonstrar sua disponibilidade para dar uma contribuição decisiva para o sucesso das negociações.¹²⁶

Além da diminuição dos níveis de proteção dos mercados agrícolas dos PDs, deve ser feita uma simplificação integral de tarifas em nome de um verdadeiro processo de reformas no comércio agrícola.

A negociação agrícola se desenrola em torno de três pilares, dois que são relativos a subsídios - os subsídios de exportação e os subsídios internos – e o de acesso a mercados. E há uma correlação necessária entre esses pilares. Eu diria até que sobre os subsídios de exportação, embora haja uma discussão técnica e um problema importante com relação à data para sua eliminação, já existe um entendimento conceitual, estabelecido e firmado no acordo-quadro, a de que nós caminharemos para a eliminação dos subsídios e das outras formas de apoio que tenham efeito equivalente. Então, eu diria que esse pilar está bem encaminhado, embora precise

¹²⁶ G-20. **Declaração do G-20 sobre a Rodada Doha**. Genebra, 20 de junho de 2008. Disponível em < http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/statement_20062008_port.htm >. Acessado em 18 de setembro de 2009.

ainda de algum trabalho. Mas o pilar de apoio interno, que afeta países como o Brasil, mas também países africanos, como os países francófonos produtores de algodão, é muito importante, porque, por meio dos subsídios internos, países como os Estados Unidos, por exemplo, subsidiam a produção de certos produtos agrícolas, gerando distorções e inviabilizando a produção dos países em desenvolvimento.¹²⁷

A questão dos subsídios agrícolas frequentemente é questionada no órgão de solução de controvérsias da OMC, deve-se citar o caso DS266, Comunidades Europeias – Subsídios à Exportação de Açúcar (*Export Subsidies on Sugar*) em que o Brasil foi demandante e a União Europeia demandada, caso este já estudado neste trabalho. Deve-se lembrar que não foi um problema localizado, a Austrália (DS265) e a Tailândia (DS283) também realizaram painéis com a União Europeia pelos mesmos motivos que o Brasil, sendo que este participou dessas disputas como terceiro interessado. Outro grande caso que deve ser mencionado pelos seus impactos à economia local é o DS267, Estados Unidos – Subsídios ao Algodão (*Subsidies on Upland Cotton*) em que o Brasil atuou como demandante, com ganho de causa e no momento há implementação de contramedidas em andamento.

Há também a necessidade de reduzir o ônus de prova dos países reclamantes no que concerne a questionamentos sobre os subsídios agrícolas.

O Ministro Celso Amorim chegou a ligar os fluxos migratórios dos PEDs para os PDs com a questão agrícola: "[i]sso é o que os países ricos têm que entender: a melhor maneira de diminuir a imigração é com um bom resultado [nas negociações] que favoreça os países em desenvolvimento na Rodada de Doha"¹²⁸. Segundo o Ministro, os fluxos migratórios são produzidos pela necessidade de os habitantes dos países em desenvolvimento buscarem melhores condições de vida em outros lugares.

Nessa mesma entrevista ressalta a importância da redução de subsídios fornecidos pelos EUA aos produtores de milho destinado à fabricação de álcool, biocombustível que o Brasil é grande exportador mundial.

Em resumo, há muito que o Brasil e os PEDs podem ganhar ou perder com a negociação agrícola e estas devem ser levadas com a maior seriedade, técnica e perseverança, características que o G-20 sinaliza ter: "[o] G-20 está preparado para trabalhar duro com

¹²⁷ PALÁCIO ITAMARATY, Brasília, 28/10/2005. **Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC.** Disponível em < http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DI >. Acessado em 18 de agosto de 2009.

¹²⁸ JORNAL A FOLHA DE S. PAULO. **Entenda o que é a Rodada Doha.** Artigo publicado em 21/07/2008. Disponível em : < http://www.passeiweb.com/saiba_mais/atualidades/1216666918 >. Acessado em 18 de agosto de 2009.

*vistas à obtenção de um resultado equilibrado, ambicioso e voltado ao desenvolvimento nas negociações em agricultura.*¹²⁹

3.4. Questão relativa aos produtos industrializados

Nas negociações multilaterais da Rodada Doha a negociação se centra em dois temas principais: a questão agrícola e a questão relativa aos produtos industrializados, que são as faces opostas da mesma moeda. Enquanto os PDs querem conter a liberalização do mercado agrícola, pedem que os mercados de produtos industrializados sejam tratados com a máxima rigidez. Os PDs insistem em bombardear as economias dos PEDs com seus produtos mais competitivos.

Daí decorre que os países periféricos estão em permanente concorrência por superávit comercial e não são capazes de abdicar da desvalorização cambial como estratégia de expansão das exportações e são contrários à liberalização geral. A questão é sempre liberalizar os setores que aumentam as exportações do país e manter as restrições nos setores que ampliam as importações.¹³⁰

Para conter o avanço dos PDs e evitar que o comércio internacional gere mais diferenças do que já há, é necessário que os PEDs trabalhem em duas frentes: buscar acesso aos mercados de produtos industrializados estrangeiros e protejam seus mercados nacionais, lançando mão das salvaguardas, e do tratamento diferenciado que merecem a respeito de subsídios, TRIPs e TRIMs. Estes são importantes instrumentos de financiamento público e crédito à exportação, elementos de grande importância para a viabilização de investimentos e de exportação de produtos de alto valor agregado, e são discutidos mais adiante no trabalho.

Sobre o acesso a mercados, ainda há muito que batalhar. Nesse ponto a convergência entre os PEDs é ainda mais complicada, pois envolve discussão de produto por produto. Alguns desses produtos são extremamente relevantes para a economia de determinados países enquanto outros países não têm interesses nos mesmos produtos e tendem a afrouxar a negociação, tentando obter vantagens nos produtos a eles mais relevantes. Discute-se que o que se pode fazer para melhorar a questão é deslocar o assunto em busca de um “*single undertaking*”, ou seja, um “*compromisso único [...] que obriga todos os membros a concordarem com todos os temas negociados e impede que os países escolham apenas os*

¹²⁹ G-20. **Declaração do G-20 sobre a Rodada Doha**. Genebra, 20 de junho de 2008. Disponível em < http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/statement_20062008_port.htm >. Acessado em 18 de agosto de 2009.

¹³⁰ CARMO, Corival Alves do. **Políticas de desenvolvimento e a OMC**. CARVALHO, Leonardo Arquimino de (Org.). **OMC: estudos introdutórios**. São Paulo: IOB Thompson, 2005. p.143.

acordos de seus interesses.”¹³¹ Atualmente as propostas disponíveis não parecem cumprir o Mandato de Doha para melhorias substantivas em acesso a mercados.

3.5 Questão relativa às salvaguardas

De forma geral, pode-se dizer que as salvaguardas existem no ordenamento da OMC como mecanismos excepcionais, como uma forma do país membro suspender as suas obrigações assumidas junto à OMC, para proteger sua economia e seus produtores nacionais. Esse mecanismo só deve entrar em ação em uma circunstância especial, por algum tipo de prejuízo sofrido, e só pode ser concedida por um período determinado de tempo.

As salvaguardas podem ser classificadas pelas motivações pelas quais são adotadas: para desenvolvimento da economia dos PEDs e para ajuste ou reestruturação da produção nacional. Ou seja, alguns tipos de salvaguardas só podem ser invocadas pelos PEDs, enquanto outras, por qualquer membro.

Atualmente a OMC prevê cinco tipos de salvaguardas, concedidas em situações diferentes: concessão de *waivers*; salvaguarda de proteção das indústrias nascentes; medidas *antidumping* e medidas compensatórias; salvaguardas no sentido estrito; e salvaguardas tomadas por razões de balança de pagamentos.

Brogini defende que as salvaguardas devem ser flexibilizadas para que sirvam como importante instrumento para o desenvolvimento econômico e industrial. Para que isso seja feito, oferece uma proposta:

Nesse sentido, as metas a serem perseguidas pelos negociadores dos PEDs são, em primeiro lugar, simplificar o sistema, mantendo-se apenas as seguintes salvaguardas:

- (i) salvaguardas para proteção das indústrias nascentes;
- (ii) concessão de *waivers*; e
- (iii) medidas de emergência do art. XIX do GATT. Essa simplificação também inclui a eliminação do art. XXVIII do GATT.¹³²

A simplificação também deve alcançar os procedimentos para utilização daquelas salvaguardas, especialmente no caso do art. XVIII do GATT, que devem apenas serem utilizados transitoriamente. Também é muito importante que o uso de salvaguardas seja

¹³¹ Disponível em < <http://www.universia.com.br/preuniversitario/materia.jsp?materia=4101>>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

¹³² BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e indústria nacional**: as salvaguardas para o desenvolvimento. São Paulo: Aduaneiras, 2004. p.287.

vinculado ao cumprimento de metas seja no período “de infância” com um plano de desenvolvimento ou no caso de indústrias “maduras” a um plano de ajuste e reestruturação. Não se defende que possa haver o livre uso de salvaguardas, o que poderia realmente levar a um abuso, como os Estados Unidos teme tanto, mas uma utilização vinculada ao desenvolvimento econômico, tão necessário para o desenvolvimento social dos PEDs.

Assim, defende-se que o Brasil, além de procurar a abertura de mercados e a solução da questão agrícola, busque um sistema de proteção da indústria nacional nascente e da indústria em recuperação. Este sistema deve ser eficiente para que todos os países em processo de industrialização (PEDs) possam dele se utilizar, sem no entanto violar os princípios da OMC, especialmente o do livre comércio.

3.6 Perspectivas para a Rodada Doha. O papel do Brasil

Um estudo feito pela organização não governamental Social Watch¹³³ concluiu que é melhor ser uma vaca na Europa que um cidadão da África, América Latina ou de algumas partes da Ásia. A base desse argumento é a quantidade de subsídio que uma vaca atrai por dia: U\$2,20, enquanto metade da população mundial vive com menos que isso.

Inicialmente, observe-se que as políticas comerciais da OMC não são políticas comerciais voltadas ao desenvolvimento (como eram as da Carta de Havana); ao contrário, são formuladas apenas com o intuito de proporcionar uma constante liberalização dos fluxos de comércio internacional. Por conta disso, o ordenamento da OMC acaba condicionando e restringindo as políticas nacionais dos seus Membros e, em consequência, acaba impondo sérios limites às ações desses países do sentido de promoção do desenvolvimento econômico e industrial. Tal constatação aplica-se especialmente aos PEDs, apesar da reconhecida situação de desvantagem desses países no sistema multilateral de comércio. Assim, em primeiro lugar, a tarefa principal dos PEDs, nas atuais negociações, é buscar incluir a questão do desenvolvimento como objetivo a ser perseguido pelo sistema da OMC. De preferência, o desenvolvimento deve ser um dos princípios de todo o ordenamento.¹³⁴

A questão do desenvolvimento é ponto central de discussão para que haja verdadeira conciliação das normas do sistema mundial de comércio com os objetivos por ele propostos. Esse é o maior desafio, combater a desigualdade nos níveis de desenvolvimento de seus membros.

Sem garantias de que isso vá ocorrer, qualquer esforço de liberalização comercial nos moldes do que tem sido feito (tendo a liberalização como objetivo principal ao invés de meio para a promoção do desenvolvimento equitativo de todos) será um

¹³³ Mais informações disponíveis em < <http://www.socialwatch.org/>>. Acessado em 12 de agosto de 2009.

¹³⁴ BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e indústria nacional**: as salvaguardas para o desenvolvimento. São Paulo: Aduaneiras, 2004. p.286.

contra-senso. Mais do que isso, potencializará os desequilíbrios que o processo de globalização tem produzido em detrimento dos países menos desenvolvidos.

Estes precisam recuperar sua capacidade de promover políticas autônomas de desenvolvimento, para gerar renda e desenvolvimento internamente e reduzir sua dependência de recursos financeiros externos. Como vimos os acordos negociados no sistema multilateral do comércio têm reduzido, por meio de restrições legais, essa capacidade que já é naturalmente pequena por causas econômicas e financeiras.¹³⁵

Os ministros da OMC se reuniram em Nova Délhi dos dias 03 e 04 de Setembro de 2009 para buscar meios de concluir a Rodada em 2010. No discurso feito para a Federação Indiana de Câmaras de Comércio e Indústria (FICC) o diretor geral da entidade, Pascal Lamy falou sobre a crise que passamos, a referindo como a primeira crise econômica realmente global, afetando todos os Países, sejam eles ricos ou pobres. Definiu o cenário atual, com a pandemia da gripe N1H1, escassez de alimentos e questões climáticas como um conjunto de desafios globais que testam a capacidade de resposta do sistema mundial.

Agora é o momento de se preparar para as novas negociações multilaterais, e para isso é necessário que conheçam-se bem as reivindicações que devem fazer e onde é possível recuar. Os PEDs, e em especial o Brasil, devem reforçar o ponto de vista contrário ao da implementação de responsabilidades recíprocas, que seria um retrocesso no ordenamento da OMC. Já foram discutidos anteriormente os interesses no Brasil em relação à agricultura e sobre os produtos industrializados, que são os principais temas debatidos atualmente, mas de uma forma mais geral é importante também que busquem a ampliação do acesso a mercados, com aplicação obrigatória da Parte IV do GATT e da Cláusula de Habilitação e alteração do regime de subsídios, de medidas de investimento (TRIMs), e dos direitos de propriedade intelectual (TRIPs).

Sobre o acesso aos mercados há importante observação de que o Brasil é um pequeno *global trader*, afinal tem diversidade de parceiros comerciais. Por isso a questão de acesso a mercados é especialmente relevante e um aumento desse acesso pode nos ajudar a lidar com o problema da falta de desenvolvimento, especialmente em certas regiões. Com isto em mente, disse o Embaixador Celso Lafer, em palestra no Memorial da América Latina em 22 de agosto de 2001:

É natural, nesse contexto, que busquemos melhorar e consolidar as condições de acesso aos mercados de nossos principais parceiros, e é com esse objetivo que estamos negociando, simultaneamente, em várias frentes: no MERCOSUL, com nossos vizinhos da Comunidade Andina, com o México, na ALCA, com a União Européia, na OMC.

¹³⁵ NASSER, Rabih Ali. **A OMC e os países em desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras. 2003. p.263.

(...) Acesso a mercados implica muito mais do que a redução de tarifas. São cada vez mais determinantes os efeitos das "leis, regulamentos e requerimentos que afetam a venda interna, a oferta para venda, a compra, o transporte, a distribuição ou a utilização" dos produtos, para utilizar a linguagem do GATT¹³⁶

A importância das TRIPs para os PEDs é grande, mas o Acordo de Medidas de Investimento ligadas ao Comércio (TRIMs, em inglês) confere a esses países o tratamento diferenciado que merecem. São regras essenciais para implementação de políticas de desenvolvimento e por isso devem dispor delas com maior liberdade. O acordo prevê apenas que os PEDs terão mais tempo que os demais membros para a eliminação de TRIPs e que todas as medidas de investimento dessa natureza devem ser eliminadas em dois anos desde o Acordo Constitutivo da OMC. Para os PEDs estabeleceu-se prazo de cinco anos e para os PMDs sete anos. Estes prazos já expiraram e por isso estão sendo bastante discutidos na Rodada Doha.

Os PEDs devem discutir se tais prazos foram suficientes, e se há necessidade de notificação como previsto do art. 5.1 do Acordo. A extensão do prazo é concedida pelo Conselho para Comércio de Bens, se o país mostrar na ocasião porque precisa da medida para seu desenvolvimento. Essa autorização, atualmente, não é automática se cumpridos os requisitos estabelecidos pelo Acordo e isso deve ser um dos pontos exigidos pelos PEDs de mudança.

O Brasil e a Índia apresentaram proposta conjunta sobre o assunto nas negociações de Doha, através do documento G/C/W/428 de 9 de outubro de 2002. Nessa proposta os países demonstraram a utilização das TRIPs em programas de desenvolvimento econômico e industrial, tão essenciais para os países em desenvolvimento. Especialmente a respeito das áreas de tecnologia e ciência, esse mecanismo garante a participação dos PEDs no comércio de produtos de alta tecnologia. Nas políticas de desenvolvimento regional também são de grande importância, permitindo a aquisição de produtos de indústrias de regiões economicamente desfavorecidas. Ainda podem auxiliar um desenvolvimento sustentável, se relacionadas da forma correta às questões ambientais.

Por fim, o Brasil e a Índia fazem menção à debilidade dos PEDs em relação aos fluxos monetários internacionais, já que esses países têm sido seriamente afetados por crises financeiras nos anos recentes. Os dois membros recordaram que, para enfrentar essas crises que causam impacto direto sobre a moeda nacional, os PEDs precisam constantemente gerar superávits comerciais, o que é possível de duas formas: aumentando exportações ou reduzindo importações. E, de uma vez que a

¹³⁶ LAFER, Celso. Palestra do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Memorial da América Latina - "O futuro da OMC: esperança para todos?" em 22 de agosto de 2001. Disponível em < <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/discmin/2001/3442.pdf> >. Acesso em 18 de Agosto de 2009.

primeira opção é a única que traz benefícios para o sistema multilateral do comércio, a utilização de TRIPs vinculadas ao desempenho exportador pode ser uma saída melhor que a adoção de políticas com impacto recessivo.¹³⁷

São também importantes para programas de desenvolvimento econômico e industrial os subsídios. O Acordo sobre subsídios e medidas compensatórias, da mesma forma que o Acordo de Medidas de Investimento ligadas ao Comércio, concede aos PEDs maior tempo para se adequar às exigências da organização. Os PMDs não estão sujeitos à obrigação de eliminação dos mesmos, já para os PEDs estabelece-se o critério do PIB *per capita* anual: aqueles que não atingiram US\$1,00 não estão obrigados, e quando o atingirem têm um período de transição para a eliminação gradual, de oito anos. A eliminação dos subsídios à exportação deve ocorrer de forma gradual e os países não podem nesse período aumentar os níveis de subsídios, os eliminando assim que não sejam essenciais para o seu desenvolvimento. Este tema vem sendo discutido na Rodada Doha e está concentrado nas seguintes questões:

- (i) definição de subsídio;
- (ii) aplicação do conceito de especificidade;
- (iii) revisão da classificação dos subsídios;
- (iv) o conceito e a presunção de existência de “grave dano”;
- (v) fortalecimento dos procedimentos de recursos e medidas corretivas aplicáveis;
- (vi) metodologia de cálculo do subsídio;
- (vii) regras para o tratamento especial e diferenciado;
- (viii) critérios, conceitos e procedimentos para a aplicação de medidas compensatórias; e
- (ix) a negociação setorial dos subsídios à pesca.

Até o momento concedeu-se apenas prorrogação especial, caso o PED demonstre que o subsídio à exportação é necessário para determinado programa de desenvolvimento econômico¹³⁸. Ou seja, há certa flexibilização, mas não da maneira que os PEDs precisam, pois a atuação destes está sujeita à constante monitoramento dos demais membros.

Reconhece-se assim, que a revisão do Acordo sobre Subsídios e medidas compensatórias é importante. Do ponto de vista dos PEDs, tal revisão deve ser feita

¹³⁷ BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e indústria nacional: as salvaguardas para o desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2004. p.68.

¹³⁸ Para maiores detalhes, consultar o documento G/SCM/39 da OMC, que dá os detalhes relativos aos procedimentos para extensão. Disponível em: < http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_scm_e.htm >. Acesso em 14 de agosto de 2009.

de tal forma que os subsídios permitidos, como à tecnologia e ao meio ambiente, que se voltam aos interesses dos membros desenvolvidos, sejam adaptados aos interesses dos PED. Nesse sentido, aos PEDs deveria ser permitido o apoio ao investimento e ao financiamento à exportação para que suas condições de competitividade em produtos industrializados possam ser equalizadas com as dos Membros desenvolvidos. Assim, a política de comércio exterior servirá, de forma mais satisfatória, como instrumento de uma política de desenvolvimento industrial.¹³⁹

Os PEDs devem seguir a posição explicitada pela Índia que propõe rever as regras para o Artigo 27.3 para que sem restrições de prazo sejam eliminadas as proibições de subsídios à exportação para os PEDs, uma vez que esses países sofrem de “desvantagem estrutural permanente”. Propõe também que os subsídios às exportações dos PEDs sejam considerados como não acionáveis, caso não ultrapassem o montante de 5% *ad valorem*. Além disso, aponta várias disciplinas referentes a medidas compensatórias, para os quais se aplicariam também as exceções do tratamento especial e diferenciado.

O contexto é bem semelhante quando se trata do Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPs). A implementação deste envolve alterações substanciais das legislações nacionais e grandes implicações sobre o desenvolvimento econômico e industrial já que têm grande impacto sobre a inovação local, investimentos estrangeiros e transferência de tecnologia. O Acordo TRIPs reconhece que deve haver flexibilidade para os PMDs para que possam criar tecnologia nacional competitiva internacionalmente, porém os PEDs em geral não recebem essa mesma prerrogativa. Critica-se também a implementação do artigo 66.2 do Acordo TRIPs que dispõe sobre a transferência de tecnologia entre indústrias dos países desenvolvidos para os PMDs, muito pouco utilizado este é um artigo de essencial importância, que deveria ser estendido aos PEDs em geral e isso deve ser amplamente defendido na próxima reunião para negociações.

Nesse momento deve-se lembrar das palavras de Gunnar Myrdal, em sua obra clássica sobre a pobreza:

It has never occurred in recorded history that a privileged group, on its own initiative and simply in order to give reality to its ideals, has climbed down from its privileges and opened its monopolies to the unprivileged. The unprivileged have to become conscious of their demands for greater equality and fight for their realization.¹⁴⁰

¹³⁹ BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e indústria nacional**: as salvaguardas para o desenvolvimento. São Paulo: Aduaneiras, 2004. p.72.

¹⁴⁰ MYRDAL, Gunnar. **The challenge of world poverty**: a world anti-poverty program in outline. New York: pantheon Books, 1970. p. 76. *APUD* NASSER, Rabih Ali. **A OMC e os países em desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

O Brasil e os PEDs em geral devem participar de forma mais ativa possível, de modo à verdadeiramente influir nos rumos do sistema multilateral de comércio. Este apresenta as mais graves distorções, e uma mudança de cenário pode inclusive tirar populações inteiras da miséria. Há que se corrigir as distorções, e a iniciativa de correção não será dos países desenvolvidos.

3. Conclusão

Esse estudo focou a mais recente experiência do Brasil na OMC. Após breve histórico das relações comerciais internacionais desde o advento do GATT até a criação da OMC, estudou-se o sistema de solução de controvérsias, as controvérsias envolvendo o Brasil no OSC, e algumas considerações sobre a participação brasileira e seus interesses no G-20 e na atual rodada de negociações da OMC.

Em uma visão geral sobre o estudo dos casos em que o Brasil atuou como demandante e como demandado, pode-se concluir que os frutos foram positivos.

Atuando como demandante em 24 controvérsias, o Brasil obteve 15 resultados positivos em suas demandas, recebendo decisões favoráveis em seus pleitos. Em 9 controvérsias, os procedimentos foram suspensos por se chegar a uma solução direta com o demandado, ou ainda estão em continuidade.

Há que se levantar um olhar crítico, no entanto, a alguns casos em que tecnicamente o Brasil obteve o ganho da causa. No caso DS219, apesar do pleito brasileiro ter sido acolhido, ele o foi somente de forma parcial, ocorrendo em resultados aquém do esperado acerca da revisão da margem de *dumping*. Outro caso é o que envolveu as questões da aviação civil (Embraer x Bombardier): não obstante a vitória contra o Canadá, ao Brasil foram concedidas contramedidas que ficaram infinitamente abaixo do prejuízo alegado pela Embraer. No mesmo sentido ficaram as decisões acerca do caso DS365 contra os EUA envolvendo as questões agrícolas dos subsídios ao algodão: nesse caso o Brasil recebeu a concessão de contramedidas em montante simbólico. Impondo sua experiência, o Brasil está buscando uma via efetiva para levar os EUA a finalmente paralisarem esses subsídios. A tentativa junto à OMC é de ser concedida a possibilidade de utilizar retaliações cruzadas, onde patentes da indústria farmacêutica norte-americana estariam envolvidas. Acreditam as autoridades brasileiras que dessa forma os EUA levarão seriamente a nossa questão, pondo fim aos subsídios agrícolas.

A posição do Brasil no OSC como demandado é admirável. Das 14 controvérsias em que o Brasil foi demandando, atuou com elevada diplomacia trazendo bons resultados para o País e por isso é importante reconhecer a notável participação das autoridades brasileiras no seio da OMC. A atuação junto aos demandantes de casos contra o Brasil resultou em 13 casos de suspensão de pedidos de Painéis ou de casos que já estavam em fases procedimentais. Ademais, no único caso levado até a fase decisória, o ganho de causa foi do Brasil.

Novamente traz-se o caso da aviação civil envolvendo o Brasil e Canadá: aqui, o Canadá inicialmente recebeu o ganho de causa na decisão do Painel original. Todavia, a decisão do Painel de Revisão foi favorável ao Brasil.

A experiência do Brasil no OSC pode ser considerada positiva. Grandes vitórias foram conquistadas contra países desenvolvidos, e isso acarretou impacto tanto para a economia nacional como global, pois a conquista de um país em desenvolvimento contra um desenvolvido abre portas para a repetição dessa conquista.

Isso recobriu o Brasil de grande respeito e credibilidade, e colateralmente auxiliou o G-20 a se tornar um poderoso grupo. Em esforços conjuntos, países em desenvolvimento como a Índia e a China se agarram na credibilidade brasileira para derrubarem barreiras antes intransponíveis. Tenhamos como exemplo a concessão da UE acerca do prazo-limite dado aos subsídios (2013). Assim, o Brasil tem usado o OSC como veículo para estabelecer um desenvolvimento equilibrado do comércio internacional, trazendo para si, para os países em desenvolvimento, e aos países menos desenvolvidos benefícios reais. Para tanto, o Brasil define sua atuação em demandas basilares como a derrubada dos subsídios agrícolas empregados pelos países desenvolvidos em montantes acima dos acordados nos âmbito da OMC e na defesa dos produtos industrializados nacionais. Já os países desenvolvidos querem conter a liberalização dos mercados agrícolas, mas mantêm posições rígidas em relação aos produtos industrializados, pois a liberalização do mercado desses produtos afetaria fortemente suas economias.

Nessa quebra de braço os países em desenvolvimento devem se revestir, como o faz o Brasil, de toda forma de proteção prevista nos acordos internacionais. As salvaguardas e o tratamento diferenciado aos quais têm prerrogativas os países em desenvolvimento, e com mais amplitude os países menos desenvolvidos, devem ser utilizados sempre que necessário em defesa de um comércio internacional mais justo.

A OMC, sem dúvida, proporcionou um novo espaço para a possibilidade do desenvolvimento mundial através de relações comerciais disciplinadas com regras que buscam a harmonização e equilíbrio entre os países desenvolvidos, aqueles em desenvolvimentos, e aqueles menos desenvolvidos. O Brasil não hesitou em enfrentar as grandes potências quando o direito estava ao seu lado no seio da OMC e em seu Órgão de Solução de Controvérsias. Não obstante, as autoridades brasileiras nunca se abstiveram de buscar as soluções possíveis pela via diplomática e negociações multilaterais.

Com uma atuação correta, consistente, e, pode-se dizer, admirável no âmbito da OMC, o Brasil se tornou naturalmente um dos líderes dos países emergentes. Por

consequência, já é reconhecido, e será ainda mais em futuro próximo, como ator fundamental no estabelecimento de um comércio internacional equilibrado responsável pelo desenvolvimento real de todos os países do mundo.

4. Bibliografia citada

BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007

BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e indústria nacional: as salvaguardas para o desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

CARMO, Corival Alves do. **Políticas de desenvolvimento e a OMC**. CARVALHO, Leonardo Arquimino de (Org.). **OMC: estudos introdutórios**. São Paulo: IOB Thompson, 2005.

JACKSON, John Howard. **The world trading system: law and policy of international economic relations**. 2nd ed. London: MIT Press, 1997.

NASSER, Rabih Ali. **A OMC e os países em desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

4.1 Bibliografia pesquisada

ALMEIDA, Juliana Salles. **Una década de funcionamiento del sistema de solución de diferencias comerciales de la OMC: avances y desafíos**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

AMARAL JR, Alberto do (Org.). **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

AZEVEDO, Maria Nazareth Farani. **A OMC e a Reforma Agrícola**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BAPTISTA, Luiz Olavo; CELLI JUNIOR, Umberto; YANOVICH, Alan (Org.). **10 anos de OMC: uma análise do sistema de solução de controvérsias e perspectivas**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

BARRAL, Welber Oliveira (org.). **O Brasil e a OMC**. Curitiba: Juruá, 2003.

_____, Welber Oliveira (org.). **O Brasil e a OMC**: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

_____, Welber Oliveira. **O comércio Internacional**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

BECHARA, Carlos Henrique Tranjan; REDENSCHI, Ronaldo. **A solução de controvérsias no MERCOSUL e na OMC**: o litígio Brasil X Argentina no MERCOSUL, o caso Embraer na OMC - Brasil X Canadá. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

BERMUDEZ, Jorge A. Z. [et al.]. **O acordo TRIPs da OMC e a proteção patentária no Brasil**: mudanças recentes e implicações para a produção local e o acesso da população aos medicamentos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2000.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O G-20 e a OMC**: textos, comunicados e documentos. Brasília: FUNAG, 2007.

BRASIL. Secretaria de Política Agrícola. **Regras e disciplinas para o comércio agrícola internacional e a Organização Mundial do Comércio – OMC**. Brasília: CGPAC/SPA/MA, 2001.

BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e indústria nacional: as salvaguardas para o desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

BUSTAMANTE, João Francisco Cortes. Os Acordos Bilaterais de Comércio e Investimento. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado. ISSN 1677-4973.

CASELLA, Paulo; MERCADANTE, Araminta. Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio? São Paulo: LTr, 1998.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de; HAGE, José Alexandre Altahyde (Org.). **OMC**: estudos introdutórios. São Paulo: Thomson IOB, 2005.

CORREA, Luis Fernando Nigro. **O MERCOSUL e a OMC**: regionalismo e multilateralismo. São Paulo: LTr, 2001.

COSTA, Ligia Maura. **OMC**: manual prático da rodada Uruguai. São Paulo: Saraiva, 1996.

CRETELLA NETO, Jose. **Direito processual na Organização Mundial do Comércio - OMC: casuística de interesse para o Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CUNHA, Paulo de Pitta e. **A organização mundial do comércio na estrutura da ordem econômica internacional**. Lisboa: OAP, 1997.

DREYZIN DE KLOR, Adriana [et al.]. **Solução de controvérsias: OMC, União Européia e MERCOSUL**. Rio de Janeiro: IRI: ECSA: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

FIORATI, Jete Jane. **As telecomunicações nos direitos interno e internacional: o direito brasileiro e as regras da OMC**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

FIORATI, Jete Jane. **Direito do comércio internacional: OMC, telecomunicações e estratégia empresarial**. França: UNESP, 2006.

FIORATI, Jete Jane. **Meio ambiente e concorrência na OMC**. Franca, SP: UNESP, 2008.

GALVÃO, Olímpio José de Arrouxelas. **O nordeste e as negociações multilaterais de comércio: do GATT à OMC**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000.

GOYOS JUNIOR, Durval de Noronha. **A OMC e os tratados da rodada Uruguai**. São Paulo: Observador Legal, 1995.

JACKSON, John Howard. **The world trading system: law and policy of international economic relations**. 2nd ed. London: MIT Press, 1997.

JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. O G-20 e a política externa brasileira. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, Minas Gerais, Editora PUC Minas. ISSN 1679-5377.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comercio internacional: uma visão brasileira**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 1998.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. **Soberania, OMC e MERCOSUL**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MARCONINI, Mário. **OMC: acordos regionais e o comércio de serviços: normativa internacional e interesse brasileiro**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MEDEIROS, Eduardo Raposo de; MENDES, Joaquim Fernando Calado. **Novas regras do comércio internacional: o novo GATT, o valor das mercadorias**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas.

MESQUITA, Paulo Estivallet de. **Multifuncionalidade e preocupações não-comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC**. Brasília: Instituto Rio Branco: FUNAG, 2005.

MIRANDA, Bruno Varella. O G-20 no contexto da Rodada Doha: a aproximação entre Brasil e Índia. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, Minas Gerais Editora PUC Minas. ISSN 1679-5377

NAKADA, Minoru. **A OMC e o regionalismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

NASSER, Rabih Ali. **A OMC e os países em desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. **Comércio internacional e protecionismo: as barreiras técnicas na OMC**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

THORSTENSEN, Vera Helena. **OMC - Organização Mundial do Comércio: as novas regras do comércio internacional e a nova rodada de negócios multilaterais**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aduaneiras, 2001.